

## Quem disse ?

«A nossa democracia já está tão refém dos interesses particulares, "lobbies" e corporações que agora não pode ficar refém de interesses localistas»

José Sócrates

Antena Um, 1 de Junho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1067 • 8 JUNHO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



NAS BANCAS

## Comissão Política Nacional

### Apoio inequívoco à política ambiental do Governo

Em reunião conjunta da Comissão Política Nacional do partido e com o Grupo Parlamentar do PS, na terça-feira à noite, os dirigentes do partido, por amplo consenso, manifestaram apoio à política ambiental do Governo. De acordo com o coordenador da Comissão Permanente do partido, o camarada Jorge Coelho, houve um profundo debate sobre a questão da co-incineração, tendo as conclusões sido aceites com «grande consensualidade». Ou seja, segundo Jorge Coelho, houve um apoio «expresso para que o Governo continue com firmeza e determinação para levar à prática a sua política de tratamento de resíduos industriais perigosos».

Depois, Jorge Coelho salientou os valores de «grande tolerância e de liberdade» que desde sempre caracterizaram o Partido Socialista. Nesse sentido, na questão da co-incineração, se alguma vez vier a ser votada na Assembleia da República, os seis deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral de Coimbra terão liberdade de votar em consciência. No entanto, sublinhou o coordenador da Comissão Permanente do partido, da Comissão Nacional saiu um mandato de plena confiança para que o Governo siga as recomendações existentes no relatório da Comissão Científica Independente.

Interrogado sobre a demissão do camarada Manuel Alegre do Secretariado Nacional do PS, Jorge Coelho lamentou essa decisão, mas disse estar certo que este dirigente continuará a lutar «pelas causas do partido em Portugal».

Na reunião da Comissão Política Nacional do PS foram aprovados os princípios que irão orientar a futura lei eleitoral para as autarquias. Ainda ao nível da reforma do sistema político, também foram enunciados os princípios para a revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República.

## Mais de quatro mil portugueses saudaram Sampaio

# Presidente teve visita triunfal à Suíça



O Presidente da República, Jorge Sampaio, teve domingo uma recepção triunfal em Genebra, onde mais de quatro mil portugueses residentes nesta cidade o saudaram num complexo desportivo. O encontro com a comunidade portuguesa terminou num fantástico «banho de multidão», com o Presidente da República a não se negar ao contacto directo com todos aqueles que se dirigiram ao Pavilhão Partinor des Vernets para o ver. À saída, foi com dificuldade que chegou à viatura oficial e foi aos gritos de «Sampaio, Sampaio, Sampaio» que deixou o recinto. Acompanhando a visita do chefe de Estado à Suíça, o ministro Ferro Rodrigues comentou que se sente agora «ainda mais motivado» para exercer funções políticas no país.



## Governo

### Ambiente

#### Preservar valores naturais do Tejo



O Executivo socialista deu luz verde, na passada quinta-feira, dia 1, à criação do Parque Natural do Tejo Internacional. O Tejo Internacional, zona que abrange o vale do troço fronteiro do rio Tejo, bem como vales confinantes e zonas aplanadas adjacentes, é uma área de reconhecida importância em termos de conservação da natureza, nomeadamente pelos valores faunísticos que alberga e em que se destacam várias espécies estritamente protegidas por convenções internacionais.

## Sociedade & País

### Ciência'99

#### Avaliar para desenvolver



O ministro da Ciência e da Tecnologia defendeu, no dia 6, em Lisboa, que a avaliação independente, regular e pública das Unidades de Investigação nacionais é a chave para o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico português. Mariano Gago implantou em 1996 um sistema de avaliação plurianual das Unidades de Investigação financiadas pelo Estado, tendo sido agora divulgados os resultados referentes à segunda edição, que abrangeu 263 Unidades de Investigação.



## A Saúde como prioridade social

A construção de uma nova geração de políticas sociais iniciada na anterior legislatura será, agora, reforçada com um conjunto de iniciativas tendentes a dotar esta área tão sensível de meios capazes de dar resposta às necessidades dos portugueses.

Se a aposta na anterior legislatura foi mais incisiva nas áreas da educação, do emprego e do combate à extrema pobreza, hoje as preocupações centram-se mais na Saúde, obviamente sem descurar o investimento já feito e a contínua afectação de verbas e de recursos necessários às outras áreas. A Saúde é agora uma das principais apostas do Governo para a actual legislatura.

Todos temos consciência das deficiências do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e do sistema de saúde no seu conjunto. Mas importa referir que, apesar das deficiências e limitações financeiras, nesta área têm sido introduzidas diversas reformas. Importa agora transformar o conjunto de medidas já adoptadas numa lógica global de reforma do sistema assente em princípios fundamentais como: a manutenção das responsabilidades do Estado pela cobertura dos riscos de saúde; a distinção entre as entidades financiadoras já criadas e as entidades prestadoras dos cuidados de saúde; a clareza na separação de águas entre as actividades públicas e privadas; a autonomia de gestão hospitalar, de centros de saúde e sistemas locais de saúde permitindo eficácia, responsabilidade e humanização, agindo em paralelo com as instituições do sector privado não lucrativo ou convenionadas que prestam serviços ao SNS; o estímulo ao trabalho a tempo inteiro e à dedicação exclusiva; a criação de centros de responsabilidade no interior das instituições, permitindo uma melhoria das remunerações em relação com índices de produtividade e qualidade; a organização de todo o sistema tendo como objectivo fundamental o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, a rapidez e a humanização do atendimento e a qualidade na prestação dos cuidados. A Saúde é, por isso, agora a principal prioridade na afectação do crescimento dos recursos destinados aos sectores sociais. A preocupação fundamental centra-se na melhoria do sistema de saúde.

Esta aposta passa pela modernização dos serviços mas também pela humanização. Neste aspecto tem particular relevo o reforço do programa de combate às listas de espera em cirurgia já em fase de conclusão. Quanto ao atendimento, acompanhamento e conforto das pessoas, serão lançados ainda este ano quatro programas.

É importante ter um sistema de saúde mais capaz de responder imediatamente às necessidades dos cidadãos, mais eficiente no uso dos recursos e assente num sistema de qualidade. Mais serviço e melhor serviço são possíveis de compatibilizar e é essa a aposta deste Governo.



## SOARES EXPLICA SAÍDAS PARA A CRISE

Quatro páginas, quatro, eram as que ocupavam a mensagem do secretário-geral do PS, camarada Mário Soares, aos socialistas na edição de 10 de Junho de 1982.

Numa altura em que o País vivia uma profunda crise, de múltiplos aspectos, com um Governo da AD debilitado e incapaz de dar resposta aos problemas nacionais, Mário Soares tentava explicar com clareza as saídas para a crise.

Do condicionalismo económico-financeiro, à problemática da revisão constitucional, passando pela desmontagem da estratégia da AD e da crise interna do PS, o camarada Mário Soares fazia uma análise detalhada e lúcida do então actual momento político, pecando apenas por uma excessiva dureza para com os camaradas do então ex-Secretariado, concluindo que o PS era a única alternativa à AD no quadro democrático.

Nesta edição podia ler-se a transcrição integral de uma interessante entrevista do camarada Almeida Santos ao programa «Clube de Imprensa», na RTP-2.

J. C. CASTELO BRANCO

10 de Junho

Quem disse?

«Os regimes de socialismo democrático põem mais a tónica no desenvolvimento do sector público, na nacionalização dos grandes sectores básicos da economia»

Almeida Santos



## Novo acordo sobre patentes Portugal entre primeiros signatários

Portugal é um dos 43 países que assinaram, no dia 3, em Genebra, o novo tratado sobre os direitos das patentes, para harmonizar e simplificar as formalidades a nível mundial, segundo um comunicado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O acordo, que entrará em vigor quando dez países depositarem os instrumentos de ratificação ou de adesão na sede desta agência da ONU (Organização das Nações Unidas), tornará a protecção às patentes menos onerosa e mais fácil, em termos de procedimentos administrativos. Qualquer inventor que pretenda proteger os seus inventos por meio de registo de patente

deve satisfazer certas condições, para evitar que o seu pedido seja rejeitado, mas estas variam de país para país.

Com a entrada em vigor do novo tratado, essas condições serão harmonizadas, graças a formulários normalizados e procedimentos simplificados e prevê nomeadamente o registo electrónico de patentes.

Além do nosso país, incluem-se entre os primeiros signatários do acordo os Estados Unidos da América, o Reino Unido, Itália, Bélgica, Áustria, Dinamarca, Espanha, Grécia, Luxemburgo, Suíça, Brasil, Israel, Turquia, Polónia e Hungria.

## Alqueva: Fundamental minimizar impactes ambientais

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, frisou, no dia 7, em Beja, a importância das medidas de minimização de impactes ambientais no Alqueva, para que «não se repitam erros do passado» ou se crie «desenvolvimento desequilibrado».

A governante, que falava na sessão de abertura do «Encontro sobre os trabalhos em Biologia no Alqueva», organizado pela empresa EDIA, afirmou ser «absolutamente fundamental que existam e se cumpram as medidas de minimização porque no passado, em Portugal, já se cometeram erros suficientes e temos gasto muito dinheiro a corrigi-los». O projecto do Alqueva foi apontado como

um exemplo diferente, que «nasce bem», declarou Elisa Ferreira, salientando que, dentro da óptica de um desenvolvimento sustentado, cabe aplicar medidas que minimizem os impactes sobre o ambiente. Reconhecendo que «há espécies que vão desaparecer», mas também que «novos ecossistemas vão surgir em áreas anteriormente não irrigadas», a ministra frisou que ambas as situações vão ser apoiadas.

O empreendimento do Alqueva conta com dois planos de minimização de impactes, desenvolvidos pela EDIA: um refere-se ao património natural e outro ao património arqueológico.

## INE: Desemprego cai para 4,4 por cento

A taxa de desemprego baixou no primeiro trimestre para 4,4 por cento (menos 0,3 pontos percentuais do que no mesmo trimestre de 1999), correspondendo a 224,8 milhares de desempregados, revelou, no dia 7, o Instituto Nacional de Estatística.

Faço ao trimestre anterior a taxa de desemprego aumentou, o que é explicável por razões sazonais, uma vez que o desemprego aumenta habitualmente no primeiro trimestre de cada ano, apesar de este período de 1999 ter constituído uma excepção.

A taxa de desemprego das mulheres (5,3 por cento) continuou no primeiro trimestre claramente superior à dos homens (3,7 por cento). No primeiro trimestre de 2000 o emprego

aumentou 1,6 por cento em termos homólogos (face ao mesmo período de 1999), com um acréscimo de 4,1 por cento nos serviços e uma redução de 3,1 por cento no sector primário. No sector secundário estabilizou.

O emprego total fixou-se no primeiro trimestre em 4.876 milhões de pessoas. A taxa de actividade aumentou para 51 por cento, sendo de 57,7 por cento para os homens e 44,8 por cento para as mulheres no primeiro trimestre de 2000.

Os desempregados à procura de primeiro emprego reduziram-se em 19,1 por cento, passando a representar 13 por cento do desemprego total.

## UE/Ucrânia: Europa saúda fecho de Chernobyl

A Comissão Europeia saudou, no dia 5, o anúncio na Ucrânia do fecho da central nuclear accidentada de Chernobyl até 15 de Dezembro próximo.

Num comunicado conjunto, Romano Prodi e Chris Patten, respectivamente, presidente da Comissão Europeia e comissário encarregado das Relações Exteriores, declararam-se «encantados» com a decisão das autoridades ucranianas, «em respeito pelos seus

compromissos face ao G-7 e à União Europeia».

A decisão de fechar a central – um dos reactores tinha explodido em 1986 – foi anunciada segunda-feira à tarde por ocasião da visita na Ucrânia do Presidente norte-americano, Bill Clinton.

O comunicado da Comissão lembra que cem milhões de dólares saíram dos fundos comunitários para a segurança do sarcófago de Chernobyl.

## PRESIDENTE TEVE VISITA TRIUNFAL À SUÍÇA

**O Presidente da República, Jorge Sampaio, teve domingo uma recepção triunfal em Genebra, onde mais de quatro mil portugueses residentes nesta cidade o saudaram num complexo desportivo. O encontro com a comunidade portuguesa terminou num fantástico «banho de multidão», com o Presidente da República a não se negar ao contacto directo com todos aqueles que se dirigiram ao Pavilhão Partinor des Vernets para o ver. À saída, foi com dificuldade que chegou à viatura oficial e foi aos gritos de «Sampaio, Sampaio, Sampaio» que deixou o recinto. Acompanhando a visita do chefe de Estado à Suíça, o ministro Ferro Rodrigues comentou que se sente agora «ainda mais motivado» para exercer funções políticas no país.**



«Foi muito importante e estimulante, não só para mim, mas também para Portugal», disse Jorge Sampaio a respeito da forma como foi recebido em Genebra. «Francamente, não esperava uma recepção como aquela», acrescentou. Questionado por uma jornalista se a manifestação de carinho lhe dava vontade de continuar no cargo, o chefe de Estado reconheceu que esse tipo de manifestações de afecto dão sempre outro estímulo. Por sua vez, o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, considerou que a recepção popular ao Presidente da República foi «um grande e magnífico acontecimento. Para todos os que têm dúvidas, foi uma demonstração sobre os laços de ligação efectiva entre os portugueses no estrangeiro e Portugal», afirmou. O presidente da Associação Suíça-Portugal, Michel Rossetti, disse por seu turno que se tratou de «um acontecimento excepcional, sobretudo, pela intensidade com que os portugueses viveram o momento. Tive dificuldade em sustar as lágrimas quando, num mar de gente, o Presidente da República entrou ao som do hino português cantado em uníssono por mais de quatro mil pessoas que estava na sala. O povo português de Genebra vibrou de uma forma que nunca tinha visto», acrescentou. Manuel Melo, membro da Comissão das Comunidades Portuguesas na Suíça, referiu que o encontro de Jorge Sampaio com os emigrantes em Genebra correspondeu ao que se esperava: «uma grande demonstração de participação cívica». Manuel Beja, também do Conselho das Comunidades Portuguesas e dirigente sindical, classificou o encontro como «maravilhoso» e defendeu que a iniciativa honrou a comunidade portuguesa em

Genebra, correspondendo a «um sentimento profundo». Finalmente, para o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, recordou que já tem assistido a muitas manifestações desta natureza, mas que depois daquela ocasião ficou muito mais motivado para exercer as suas funções políticas.

### Ética social no trabalho

No dia seguinte à recepção com a comunidade portuguesa, segunda-feira, o Presidente da República defendeu, durante a 88ª Conferência Internacional do Trabalho, uma «ética social e humanista» como a melhor forma de combater a pobreza e dignificar o trabalho». Jorge Sampaio, que intervinha como convidado na cerimónia de abertura da conferência anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de que Portugal é membro, expressou-se em português e agradeceu a oportunidade que lhe foi dada para falar na língua nacional – língua na qual se expressam, nos vários continentes, 200 milhões de pessoas, com culturas tão ricas quanto variadas.

Para Jorge Sampaio, «a globalização dos mercados financeiros, o aumento do poderio das empresas transnacionais e a revolução das tecnologias de informação e da comunicação, ao mesmo tempo que criam oportunidades de desenvolvimento sem precedentes, vieram agravar a situação de desigualdade em que vivem regiões imensas do mundo e amplos grupos de pessoas. Estamos perante novos riscos e sérias ameaças a regras, sistemas e organizações, a quem a História reconhece um papel decisivo na promoção e na defesa dos valores da dignidade humana e da solidariedade social», realçou,

ao discursar neste encontro da OIT, integrada nas Nações Unidas. E acrescentou: «Recuso a tese segundo a qual a intervenção dos poderes públicos nacionais e das organizações internacionais está hoje limitada a um espaço tão exíguo que, em muitos casos, seria incapaz de assegurar a efectividade dos direitos cívicos e políticos, ao mesmo tempo que transformaria os direitos sociais num luxo só possível nas regiões e nas épocas de maior prosperidade».

Para o Presidente da República, «é necessário desenvolver no seio das organizações internacionais, como a OIT e outras, o debate aprofundado sobre os modos de regulação dos mercados internacionais de capitais face a alguns movimentos que são de natureza eminentemente especulativa. Esses movimentos têm sido responsáveis por choques e perturbações na economia e nos sistemas de emprego com repercussões sociais de enorme gravidade», apontou Jorge Sampaio. O chefe de Estado falou, igualmente, de «uma das tarefas mais difíceis, mas também das mais importantes, que a governabilidade das sociedades modernas hoje impõe, ou seja, reinventar as condições de pleno emprego, adaptar os sistemas de relações internacionais às mudanças económicas e às novas clivagens sociais e melhorar o nível e a equidade dos sistemas de protecção social em função das mudanças já verificadas ou previsíveis».

### Refugiados em Timor Ocidental

De acordo com o Presidente da República, o dever que temos de prosseguir passa por se adaptar a legislação do trabalho, as instituições e as práticas de diálogo social

e de negociação colectiva às exigências de uma competição económica, em que a inovação e o conhecimento ocupam um lugar sem precedentes». Ou seja, segundo Jorge Sampaio, cabe-nos «reestruturar os sistemas de protecção social de modo a erradicar a pobreza e facilitarmos a integração social dos grupos mais vulneráveis». Os objectivos, em suma, frisou Jorge Sampaio, são limitar as desigualdades, promover a equidade social e a dignidade no mundo do trabalho. O Presidente da República lançou ainda um apelo à comunidade internacional de intelectuais, artistas, escritores e jornalistas para que apoiem a OIT, com a generosidade própria dos que decidirem pôr-se ao lado das grandes causas da humanidade, na realização de uma campanha mundial a favor da dignificação do trabalho.

No mesmo dia, Jorge Sampaio teve uma reunião com a alta-comissária das Nações Unidas para os refugiados, Sadako Ogata, com quem abordou o caso dos refugiados leste-timorenses, bem como a situação em Angola e em outros países. O Presidente da República defendeu então a contratação pelas Nações Unidas de funcionários com a missão de combater a alegada campanha de desinformação de que são alvo os refugiados de leste-timorenses em Timor Ocidental.

A contratação destes funcionários, segundo o chefe de Estado, permitiria desmentir as informações divulgadas junto dos refugiados, sobretudo por milícias anti-independentistas, de que há fome, falta de água potável ou insegurança em Timor-Leste. O Presidente da República defendeu ainda a continuação do diálogo com a Indonésia, que, em seu entender, tem sido franco e positivo.

CIMEIRA DE BERLIM

Reformistas defendem

## CRESCIMENTO ECONÓMICO ALIADO À REDISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

O primeiro-ministro, camarada António Guterres, defendeu no dia 3 de Junho a necessidade de «aplicação de regras de discriminação positiva a favor dos mais desfavorecidos, porque a cidadania implica também solidariedade».

Guterres falava na conferência de imprensa conjunta de encerramento da cimeira de políticos reformistas que reuniu em Berlim 14 chefes de Estado e de governo para discutirem a modernização dos sistemas sociais, a sociedade de informação e as tarefas do Estado.

O primeiro-ministro português considerou importante «valorizar o papel das políticas públicas como reguladores de mercado, mas incrementar também a responsabilidade da sociedade civil».

«Vivemos numa economia de mercado, mas não queremos uma sociedade de mercado, mas sim uma sociedade solidária», destacou António Guterres, um dos governantes de centro-esquerda presentes na cimeira e que incluía ainda presidentes dos EUA, Argentina, Brasil, Chile e África do Sul, bem como os chefes de governo da Alemanha, Canadá, França, Grécia, Holanda, Itália, Nova Zelândia. As declarações de Guterres estão em linha com a declaração conjunta aprovada pelos participantes e que sublinha a necessidade de «a economia de mercado andar a par com a responsabilidade social, de forma a sustentar o crescimento, a estabilidade e o pleno emprego, a promover a justiça social



e a defender o ambiente».

«Trata-se de tornar a impor o primado da política na balança dos poderes, que actualmente pende demasiado para o prato da economia», especificou o anfitrião da cimeira, o chanceler alemão Gerhard Schroeder, também presente na conferência de imprensa.

«O crescimento económico é necessário mas tem de ser aliado à redistribuição da riqueza para combater a pobreza no mundo», acentuou.

Na ocasião, António Guterres, que actualmente preside a União Europeia, deixou ainda aquilo que foi entendido como um

recado à Áustria, ao afirmar: «Não podemos aceitar o racismo, a xenofobia a intolerância nas sociedades modernas, nem lógicas populistas que procurem instigar este tipo de sentimentos na sociedade».

O Presidente dos EUA, Bill Clinton, advogou a criação de uma rede de cooperação política para superar problemas à escala mundial e defendeu a necessidade de «propostas concretas para melhorar a vida das pessoas». Para Clinton, é também fundamental melhorar a educação no Terceiro Mundo, para eliminar aquilo a que chamou o «desequilíbrio digital». O Presidente do Chile, Ricardo Lagos, acentuou a necessidade de se encontrar uma

plataforma para discutir a regulamentação dos fluxos de capitais, bem como uma forma de os países médios e pequenos participarem nas decisões que lhes dizem respeito.

Opinião idêntica à de Schroeder manifestou o primeiro-ministro francês Lionel Jospin - um estadista que se tem destacado pela firmeza com que tem defendido os valores do socialismo, ou social-democracia clássica, contra a tentação neoliberal da «third way»-, ao defender o reforço do papel da política na governação.

### Jospin defende fidelidade aos princípios

«O centro-esquerda deve manter-se fiel aos seus princípios e simultaneamente reformar o Estado», acrescentou Jospin.

Na declaração final da cimeira, os 14 líderes manifestam-se «fieis aos valores fundamentais da igualdade de oportunidades para todos e da responsabilidade partilhada». «Somos responsáveis políticos conscientes das possibilidades oferecidas pela globalização, mas também dos seus perigos. A mundialização é uma realidade económica, social e cultural incontornável, mas podemos defini-la colectivamente», lê-se na declaração.

A declaração final foi preparada na véspera da cimeira por 200 cientistas, peritos e conselheiros internacionais dos 14 países participantes, também reunidos em Berlim.

PROGRAMA POLIS

Primeiro-ministro no lançamento nacional

## PRIORIDADE À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

O primeiro-ministro salientou segunda-feira, em Viana do Castelo, a «grande aposta» do Governo numa nova política para melhorar a qualidade de vida e ambiental das cidades. Falando durante o lançamento a nível nacional do Programa Polis, da responsabilidade do Ministério do Ambiente, António Guterres salientou que este projecto visa precisamente a melhoria da qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental. «O Polis significa uma grande aposta em novas políticas para as cidades, sobretudo as médias, para que estas possam ser a coluna vertebral de um país onde haja qualidade de vida e qualidade ambiental», salientou o primeiro-ministro.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro realçou o facto de este ser um programa com data marcada para terminar, o que, por um lado, evitará obras de Santa Engrácia e, por outro lado, provará a capacidade do país em organizar-se, tal como aconteceu com a Expo 98.

«Quem esteve agora em Hannover (República Federal Alemã) pôde verificar que nós conseguimos organizar ainda melhor que do que outros países mais evoluídos», referiu António Guterres, para dar conta da importância da Parque Expo na sociedade que vai gerir o país.

Numa primeira fase, o Programa Polis vai ser posto em prática em 18 cidades, uma das quais Viana do Castelo, que beneficiará de um investimento global de 17,7 milhões de contos, em intervenções em toda a frente ribeirinha, no Campo d' Agonia, na área do mercado municipal e ainda em parte do centro histórico. As intervenções, que devem estar concluídas até Dezembro de 2003, visam, genericamente, uma interligação estreita entre a montanha, o mar, o rio e a cidade. Antes do lançamento do Polis, o primeiro-ministro percorreu a pé algumas das artérias do centro histórico da cidade, recebendo autênticos banhos de multidão, sobretudo das muitas crianças que enchem a Praça da República. No percurso, António Guterres teve ocasião de tomar café numa

esplanada, onde tentou desmontar algumas reticências de alguns cidadãos relativamente à prossecução das intervenções previstas no Polis.

Também em Viana do Castelo, o primeiro-ministro referiu que o aumento do preço do gás só confirmou que o Governo tinha razão em não liberalizar o preço dos combustíveis. «Se não tivéssemos mantido esse controlo, o que estaria a acontecer com a gasolina e com o gasóleo seria o mesmo que está a acontecer actualmente com o gás, que foi liberalizado no ano passado», explicou o chefe do Governo.

António Guterres disse ainda que só a não liberalização do preço dos combustíveis é que permitiu ao Governo assumir o compromisso de não aumentar os respectivos preços até ao final do ano.

Na segunda-feira, em Malpica do Tejo, António Guterres defendeu a necessidade de criação de mais duas faculdades de Medicina, com novas regras, como forma de suprir a falta de médicos no país. Estas afirmações foram proferidas após um

passeio pelo «Tejo Internacional», cuja criação do Parque Natural foi aprovada no último Conselho de Ministros e que vai ocupar uma área de 24 mil hectares. O chefe do Governo considerou que as novas faculdades devem servir para o tratamento e para impulsionar uma mudança no ensino de todas as ciências médicas em Portugal.

O primeiro-ministro disse que as poucas vagas disponíveis até agora para entrar em medicina exigiam classificações muito elevadas, levando a que nem sempre fossem os alunos com mais vocação médicas a tirar o curso. «Muitas vezes um aluno com 16 pode ser muito mais empenhado e sensível do que um excelente aluno com 19», disse. Ainda em Malpica do Tejo, António Guterres elogiou a associação ambientalista Quercus pelo «papel decisivo» que teve no alerta para a necessidade do Parque Natural do Tejo Internacional. «Com a criação deste parque natural e a aprovação da Rede Natura 2000, o Dia Mundial do Ambiente vai ser comemorado dignamente em Portugal», congratulou-se o primeiro-ministro.

## PRESERVAR VALORES NATURAIS DO TEJO

**O** Executivo socialista deu luz verde, na passada quinta-feira, dia 1, à criação do Parque Natural do Tejo Internacional.

O Tejo Internacional, zona que abrange o vale do troço fronteiriço do rio Tejo, bem como vales confinantes e zonas aplanadas adjacentes, é uma área de reconhecida importância em termos de conservação da natureza, nomeadamente pelos valores faunísticos que alberga e em que se destacam várias espécies estritamente protegidas por convenções internacionais, algumas das quais classificadas como espécies em perigo de extinção, outras com o estatuto de vulneráveis e outras ainda consideradas raras.

Com o abandono da terra ou a transformação do uso do solo aliados à actual situação da agricultura, são também os valores faunísticos e florísticos existentes que são ameaçados.

Dada a natureza e importância desses valores e com o objectivo de os salvaguardar, em estreita cooperação com as populações residentes, no respeito pela propriedade privada, apoiando a agricultura e as actividades agro-pastoris tradicionais, colaborando no ordenamento cinegético e promovendo o desenvolvimento sustentado da região, o



Governo entende justificar-se a criação de um Parque Natural.

A fraca pressão demográfica existente, associada às actividades da população residente, nomeadamente aos regimes de sequeiro extensivo dos sistemas agrícolas e agro-silvo-pastoris, têm permitido a manutenção destes valores.

Com um povoamento concentrado, em

que se destacam as sedes de freguesia e uma dispersão intercalar por escassos núcleos agrícolas constituindo montes ou arraiais, a área comporta ainda alguns aspectos interessantes de arquitectura rural tradicional e inúmeros locais de importância arqueológica.

O conjunto das arribas do Tejo desempenha um papel fundamental na conservação das

espécies da flora e da fauna, juntamente com outros biótopos característicos das paisagens meridionais, nomeadamente vastas zonas de montado de sobre e azinho e algumas estepes cerealíferas.

As várias linhas de água presentes, com comunidades vegetais ripícolas associadas, constituem igualmente um importante património natural a conservar. O Parque Natural tem como objectivos específicos conservar e valorizar o património natural e paisagístico, através de um correcto ordenamento, conforme as potencialidades e características de cada zona, tendo em vista a preservação da biodiversidade e a utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas.

Pretende-se também apoiar as actividades humanas tradicionais potenciando o seu desenvolvimento económico e o bem-estar das populações residentes, em harmonia com a conservação da natureza.

Valorizar e salvaguardar o património arquitectónico, arqueológico e etnológico da região, promovendo a sua divulgação e a educação ambiental é também uma meta do Parque, a par da ordenação e salvaguarda das actividades turísticas e recreativas, de forma a evitar a degradação do património da região e a permitir o seu uso sustentável.

## PELA SALVAGUARDA DO SISTEMA LAGUNAR

**O** Conselho de Ministros aprovou, no dia 1, em Lisboa, um decreto regulamentar que cria a Reserva Natural das Lagoas de Santa André e da Sancha.

As Lagoas de Santo André e da Sancha, situadas no litoral dos concelhos de Santiago do Cacém e de Sines, constituem um sistema lagunar costeiro de relevante importância biológica, incluindo interessantes aspectos ecológicos, ictiológicos, botânicos e, muito particularmente, ornitológicos.

O complexo dunar envolvente desempenha um importante papel de protecção destas lagoas, suportando uma flora e vegetação característica que se apresenta em bom estado de conservação, incluindo espécies endémicas consideradas vulneráveis.

A faixa marítima adjacente, além de um elevado valor ecológico, possui uma fragilidade e dinâmicas muito particulares, albergando comunidades faunísticas características, constituindo-se ainda como uma importante área de passagem de golfinhos e de aves.

O interesse na protecção, conservação e gestão da Lagoa de Santo André e da



Lagoa da Sancha, está demonstrado pelo facto destas zonas constarem da lista de «Zonas de Protecção Especial» para a Avifauna nos termos da legislação comunitária, serem designadas como «Zonas Húmidas de Importância Internacional» pela Convenção de Ramsar

e estarem incluídas num sítio candidato a integração na Rede Natura 2000, constante da primeira fase da lista nacional de sítios. A área em consideração, com um total de 5 370 hectares, estende-se ao longo de cerca de 15 quilómetros, desde o limite sul da povoação da Lagoa de Santo André

até ao limite norte da área ocupada pelo Complexo de Sines, abrangendo uma faixa terrestre de largura variável de dois a três quilómetros e uma faixa marítima de 1,5 quilómetros de largura.

Os limites da área foram definidos tendo como base as zonas húmidas e áreas alagadas correspondentes, bem como as zonas adjacentes responsáveis pela manutenção das lagoas e «poços».

Actualmente, esta área encontra-se sujeita a múltiplos factores de pressão sobre o meio natural, sob a forma da emissão de efluentes, caça, pesca, turismo e construção, que impõem medidas de conservação adequadas.

Assim, a Reserva Natural em questão visa essencialmente promover as zonas húmidas litorais, faixa marítima e o sistema dunar, bem como o património natural a eles associado, incluindo a sua flora e fauna; promover a salvaguarda dos ecossistemas em presença; a valorização dos habitats naturais; a utilização sustentada do espaço, compatibilizando os usos e a defesa dos valores naturais; as acções de sensibilização ambiental; e, por último, promover e divulgar os seus valores naturais, estéticos e científicos.

PELO PAÍS

Governança Aberta

**AGRICULTURA**

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural anunciou, no dia 3, em Ourém, um programa que prevê a recuperação de 4 mil hectares de vinha por ano até 2006.



Vítor Barros afirmou no final de um seminário sobre a vitivinicultura organizado pelos municípios da Alta Estremadura que o Executivo pretende iniciar um programa de recuperação de áreas vinícolas através de fundos europeus até agora subaproveitados. De acordo com este responsável, a vinha em Portugal é um dos sectores agrícolas onde «Portugal é competitivo» e nas negociações da Política Agrícola Comum, no quadro do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, «o Governo conseguiu ir buscar apoios importantes para o sector».

Neste projecto de reabilitação de área vitivinícola, Vítor Barros referiu que vão ser apresentados planos à Comissão Europeia para recuperação de áreas sem cultivo de vinha.

A adesão dos agricultores é algo que não preocupa o secretário de Estado, acreditando que «vai haver uma grande mobilização de todos os interessados».

**COMUNIDADES**

O secretário de Estado das Comunidades, José Lello, garantiu, sábado, que o orgulho na origem portuguesa está a crescer entre os emigrantes das segunda e terceira gerações e o Governo quer rentabilizar essa postura.



Falando em Oliveira de Azeméis, no 12º aniversário da revista «Portugal», dedicada aos meios de emigração, Lello referiu que os luso-descendentes mais jovens não se ficam pelo «verdadeiro orgulho» nas suas origens, mas também se empenham em traduzir na prática essa postura «dando maior visibilidade ao nome de Portugal nas sociedades em que estão inseridos».

«É um capital importante para o País, que não podemos desperdiçar e que está a ser alvo da maior atenção por parte da Secretaria de Estado das Comunidades», disse.

Outra vertente da acção sublinhada pelo governante é a dos convívios entre emigrantes radicados em diferentes pontos do mundo, «que não se conhecem de lado nenhum e que, por via desse elo mágico, acabam grandes amigos».

**DEFESA**

O ministro da Defesa, Castro Caldas, afirmou quinta-feira, em Lisboa, que o Governo vai resolver ainda este ano, «na medida das suas possibilidades» financeiras, os problemas de injustiça salarial nas Forças Armadas.



«Há problemas que necessitam de resposta urgente e são susceptíveis de serem resolvidos ainda neste exercício orçamental», referiu o governante no final da cerimónia de posse do novo inspector-geral das Forças Armadas, Geraldo Esteves (Força Aérea).

O ministro fez questão de frisar, contudo, que o importante é a definição do novo sistema retributivo dos militares a entrar em vigor a partir do próximo ano e que, adiantou, está directamente ligada à harmonização em curso dos sistemas retributivos dos vários sectores do Estado. Para o Executivo, segundo sublinhou, «é essencial que os militares saibam com o que contam» a partir de Janeiro de 2001, embora as melhorias salariais possam ser aplicadas ao longo de vários exercícios orçamentais e não de uma vez só devido ao elevado montante de verbas em jogo. Acrescentou, porém, que no Orçamento de Estado para 2001 «terá de haver ajustamentos» para resolver os problemas mais graves.

**DESENVOLVIMENTO RURAL**

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, defendeu no dia 5, em Góis, a necessidade de melhorar e aumentar a produtividade da área florestal existente no País.

«Trata-se de um sector muito importante em termos sociais, económicos e de ordenamento do território», afirmou Vítor Barros, manifestando-se convicto de que é possível «melhorar a área florestal existente – 3,3 milhões de hectares» e mesmo aumentá-la.

O governante intervinha no encerramento do programa «Florestas em Movimento», um projecto de sensibilização das gerações mais jovens para a importância deste sector, que reuniu no Parque do Cerejal, nas margens do Rio Ceira, cerca de cinco mil alunos oriundos de escolas de todo o País.

**EQUIPAMENTOS**

O ministro do Equipamento Social afirmou, no dia 1, no Porto, que o aeroporto da Portela ficará «saturado mais cedo do que o previsto» e que em 2006 só com transportes rodoviários alternativos se evitará «engarrafamentos na área do aeroporto».



Jorge Coelho falava no final de uma reunião com representantes da Câmara do Comércio e Indústria do Porto/ Associação Comercial do Porto (CCIP/ ACP), que incluiu um jantar com cerca de duzentos empresários e dirigentes de câmaras de comércio e indústria da Galiza.

Segundo referiu, o tráfego aéreo de passageiros tem crescido «mais de 11 por cento por mês, em vez dos quatro por cento previstos». Por isso, no aeroporto da Portela «têm de ser gastos muitos milhões de contos para aguentar até ao ano 2008/2009, que é quando o futuro Aeroporto Internacional de Lisboa, na OTA, estará pronto», disse.

«Se não o fizéssemos, criaríamos condições terríveis para que as pessoas deixassem de o poder utilizar», defendeu o governante, depois de salientar que neste momento estão a ser feitos no aeroporto da Portela investimentos da ordem dos 20 milhões de contos.

**HABITAÇÃO**

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, disse, no dia 6, em Vila Real de Santo António, que o Governo quer acabar com as barracas e com as construções abarracadas em Portugal até 2003.



Segundo a governante, que terça-feira se deslocou ao Algarve em visita de trabalho, trata-se de um investimento de «centenas de milhares de contos» que vai abranger programas de realojamento em 162 municípios do País.

Ao revelar que os contratos de construção com as autarquias «estão praticamente todos assinados», Leonor Coutinho declarou, no entanto, que o ritmo de construção vai depender das prioridades dos diferentes municípios.

«Tendo como referência o actual ritmo de construção, posso prever que os problemas mais graves do País estejam resolvidos até 2003», sublinhou a secretária de Estado. Segundo Leonor Coutinho, as zonas «mais graves», onde existem mais barracas e construções similares, são as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

«Já assinámos contratos-programa de realojamento com 162 Câmaras Municipais, mas os municípios da grande Lisboa e do grande Porto correspondem mais ou menos a 80 por cento do volume de pessoas a realojar», acentuou.

**JUSTIÇA**

O secretário de Estado da Justiça defendeu quinta-feira, no Funchal, a necessidade de uma mudança de mentalidade em relação à actividade de medicina legal.

Diogo Machado, que falava na abertura das XIV Jornadas Internacionais Mediterrânicas, que decorreram na capital madeirense com cerca de 450 especialistas, referiu que a medicina legal se vem afirmando, cada vez mais, como actividade tributária da administração da justiça e da ciência médica.

O governante salientou, ainda, que a medicina legal é um serviço público «que se concebe em função dos vivos e para os vivos, incidindo apenas um quinto das acções sobre cadáveres», pelo que defendeu uma mudança de mentalidade neste aspecto.

Machado referiu ainda que, na sequência do aperfeiçoamento da reforma orgânica na

PELO PAÍS

Governança Aberta

medicina legal, efectuada pelo anterior Governo, será criado em Portugal o Instituto Nacional desta especialidade. O Instituto Nacional de Medicina Legal será uma forma de aproximar as pessoas a esta actividade, tendo o secretário de Estado defendido a «desconcentração, descentralização e regionalização» destes serviços.

PLANEAMENTO

O secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento, Ricardo Magalhães, advertiu segunda-feira, em Coimbra, que o próximo programa comunitário Interreg III-B terá de apoiar projectos de cooperação efectiva, e não apenas no papel, das regiões do Arco Atlântico.



«Há uma tónica de promoção conjunta que nos últimos programas não tem passado do papel, mas neste terá de passar à prática», afirmou.

O governante intervinha num seminário internacional sobre «Transportes e Intermodalidade no Atlântico» para preparar o próximo Interreg ao nível da cooperação inter-regional do Arco Atlântico.

As regiões dos cinco Estados que integram o Arco Atlântico (Reino Unido, França, Espanha, Irlanda e Portugal) terão de «cerzir as teias locais e encontrar projectos comuns» em benefício das populações, alerta o secretário de Estado.

Para Ricardo Magalhães, o Interreg «não pode ser mais uma fonte de financiamento quando as restantes se esgotam», pelo que deve afirmar-se enquanto instrumento de cooperação para a concretização de projectos inter-regionais de desenvolvimento de potencialidades conjuntas.

As iniciativas na «área imaterial», como ao nível da animação – disse – tem de conjugar-se com as acções concretas de estratégia de desenvolvimento, sob pena de o destino dos estudos ser os «arquivos ou prateleiras». «Em muitas acções, o imaterial confunde-se com o efémero, são só festivais de música, feiras e festas, e o conjunto às vezes faz lembrar fogo de artifício», observou.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, afirmou quinta-feira, no Porto, que o Centro Materno-Infantil local «tem todas as condições para ser realidade» no espaço

de tempo «necessário para a sua construção».

Segundo a governante, este ano serão dados passos concretos relativamente ao concurso do projecto e da alteração do plano funcional do novo centro.



Manuela Arcanjo, que falava após realizar uma visita ao Hospital Maria Pia, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança, acrescentou que esta obra «é um projecto bem encaminhado» e que representa «um investimento que se situa entre os 11 e 12 milhões de contos, já garantidos».

«Como se trata de uma obra de grande envergadura, porque a construção é que determinará o seu *timing*, teremos que esperar mais algum tempo para que o centro se torne uma realidade», disse.

Questionada sobre a construção do Centro Materno-Infantil, que poderá levar ao encerramento do Hospital Maria Pia, Manuela Arcanjo apenas disse que «será tomada a melhor decisão para a Saúde do Porto».

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo disse, no dia 1, em Beja, que o sector na Europa vai crescer menos do que o resto do mundo nas próximas duas décadas e acusou a União Europeia (UE) de «miopia» em relação ao problema.

Vitor Cabrita Neto falava na Pousada de S. Francisco, durante a sessão de abertura do Congresso Europeu de Turismo dedicado ao tema «Política Turística e Desenvolvimento Regional».

Durante a sua intervenção, o responsável disse que o Executivo português está «preocupado perante a inércia e um certo alheamento» que a UE mostra sobre o sector.

«Nos últimos 20 anos temos assistido a múltiplas tentativas de avançar com objectivos, medidas, planos, acções e programas de Turismo, livros verdes sobre Turismo e muitas análises que, apesar de sérias, não conseguiram fixar ideias e projectos em torno desta problemática», criticou.

Na sua opinião, todas essas medidas não resultaram «por incapacidade e miopia das próprias comissões, por inércia das várias presidências e por incompreensão de alguns países em relação aos problemas do Turismo».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 1 de Junho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Manifestar um voto de solidariedade às crianças e aos pais das crianças mantidas como reféns numa creche de Wasserbillig, no Luxemburgo;
- Um decreto regulamentar que cria o Parque Natural do Tejo Internacional;
- Um decreto regulamentar que cria a Reserva Natural das Lagoas de Santa André e da Sancha;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Minho-Lima;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade Águas do Algarve, SA, por fusão das sociedades Águas do Sotavento Algarvio, SA, aprovando ainda os respectivos estatutos;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico para a concessão intermunicipal do serviço público de gestão urbana de uma área compreendida nos limites da Zona de Intervenção da Expo'98;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade Vianapolis, SA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo;
- Um decreto-lei que constitui a Sociedade Parques Sintra-Monte da Lua SA;
- Uma resolução que aprova a segunda fase da lista nacional de sítios a incluir na Rede Natura 2000;
- Uma resolução que aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Ovar-Marinha Grande;
- Resoluções que aprovam a delimitação das Reservas Ecológicas Nacionais (REN) nos municípios de Santarém, Valongo, Lourinhã, Alcobaça, Olhão, Vila do Bispo, Rio Maior, Amarante, Miranda do Douro, Coruche, Amares, Grândola, Lagoa, Póvoa do Varzim, Sobral do Monte Agraço, Vila Real e Braga, Almeirim, de Ilhavo e de Santa Maria da Feira;
- Um diploma que altera os artigos 4º e 6º do decreto-lei que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa à prevenção e controlo integrados da poluição;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona de Expansão de Vialonga, no município de Vila Franca de Xira;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Mourão;
- Uma resolução que ratifica parcialmente uma alteração ao Plano Director Municipal de Valpaços;
- Uma resolução que ratifica a alteração do artigo 8º do regulamento do Plano Director Municipal do Sardoal;
- Uma proposta de lei que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias, sem prescrição médica;
- Uma resolução que aprova o programa de privatização para o biénio de Junho de 2000 a Junho de 2002;
- Um decreto regulamentar que fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento;
- Seis resoluções que aprovam as minutas dos contratos de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento por um lado, e a Petrogal, Indústrias Jomar, BA, Casca, Iber-Oleff e Drink-In, por outro;
- Um decreto-lei que prorroga, excepcionalmente, até ao dia 28 de Fevereiro de 2001, os contratos de trabalho a termo certo celebrados pelo Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência;
- Um decreto-lei que prorroga por mais dois anos o período de vigência do regime remuneratório experimental previsto para os médicos da carreira de clínica geral que exercem funções nos centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde;
- Um decreto-lei que estabelece as condições de utilização e os critérios de pureza específicos dos corantes que podem ser utilizados nos géneros alimentícios, transpondo para o ordenamento jurídico nacional a respectiva legislação comunitária;
- Um decreto que exclui do regime florestal parcial uma área de 7,8 hectares de terreno baldio situado na freguesia de Parada de Ester, concelho de Castro Daire, integrada no perímetro florestal da Serra de Montemuro e que se destina a expansão urbana;
- Um decreto que exclui do regime florestal parcial uma área de 1500 metros quadrados de terreno baldio situado no lugar de Cela, freguesia de Moledo, concelho de Castro Daire, integrada no perímetro florestal de São Miguel e São Lourenço e que se destina a espaço industrial.

## DESCRIMINALIZAR PARA CURAR

O Governo socialista deu carta branca, quinta-feira, dia 1, à proposta de lei que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias, sem prescrição médica.

O diploma surge na sequência do cumprimento dos princípios, objectivos gerais e opções estratégicas consagrados na Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, aprovada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99, de 26 de Maio.

Assim, mantendo o desvalor legal do consumo, em homenagem aos princípios da cooperação internacional e da segurança, mas também em honra da necessidade de não diminuir as condições de eficácia do combate ao tráfico e à criminalidade associada às drogas, bem como de assegurar a defesa da saúde pública, o consumo, a aquisição para consumo e a detenção para consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas passam a constituir comportamentos ilícitos de ordem contra-ordenacional.

Saliente-se que se mantém a criminalização do comportamento daquele que, para seu consumo, cultivar plantas onde se possam extrair substâncias ou preparações

elencadas nas tabelas que servem de referência a este diploma.

Cabe às Comissões de Dissuasão do Consumo de Drogas, a funcionar no Governo Civil, o processamento das contra-ordenações, a aplicação das coimas e das sanções alternativas e acessórias.

A respectiva execução compete ao Governo Civil, com a colaboração das autoridades administrativas pertinentes.

No essencial, o regime sancionatório proposto caracteriza-se por consagrar soluções reveladoras da opção no sentido de a toxicod dependência dever ser encarada como uma doença, privilegiando, conseqüentemente, o tratamento voluntário; tratar de forma diferenciada os consumidores, em função do carácter ocasional, habitual ou dependente do consumo, do tipo de plantas, substâncias ou preparações consumidas, da natureza pública ou privada do consumo, do local do consumo e da situação pessoal do consumidor; e adoptar uma política de redução dos danos.

Excluídos do âmbito do ilícito de mera ordenação social todos aqueles que, de forma espontânea, optaram pelo tratamento, há em todo o diploma uma distinção recorrente entre consumidor toxicod dependente e consumidor não toxicod dependente, não sendo este encarado em abstracto com maior benevolência no novo quadro

descriminalizador, ao invés do que resultava da lei em vigor.

O regime contra-ordenacional que abrange o consumidor toxicod dependente caracteriza-se por privilegiar soluções que passem pelo tratamento voluntário, sempre na óptica de que estamos em face de um cidadão doente a quem o Estado deve oferecer — mas não impor — as condições necessárias à realização efectiva do direito à saúde, constitucionalmente consagrado.

Ao consagrar soluções como a da suspensão provisória do processo contra-ordenacional, a da suspensão da determinação da sanção e a da suspensão da execução da sanção, o diploma atribui uma natureza quase excepcional à sanção. Só em última instância é que a este ilícito de mera ordenação social corresponderá uma sanção.

Para os consumidores toxicod dependentes estão previstas apenas sanções não pecuniárias. Para os consumidores não toxicod dependentes prevê-se a possibilidade de aplicação de uma coima, bem como de sanções alternativas ou acessórias à coima.

A multa terá um limite mínimo de cinco contos, variando o limite máximo em função do tipo de plantas, substâncias ou preparações consumidas, mas não indo além do salário mínimo nacional.

Note-se, contudo, que é também a título

excepcional que a coima, segundo os critérios expostos, é aplicada ao consumidor não toxicod dependente. Também este é contemplado no diploma com um conjunto de soluções que tornam desnecessário o pagamento, voluntário ou coercivo, desta sanção pecuniária:

- Suspensão provisória do processo contra-ordenacional, quando o consumidor não toxicod dependente não tiver registo prévio de processo contra-ordenacional anterior;

- Aceitação pelo consumidor não toxicod dependente de sanções alternativas à coima, sempre que a Comissão as considere suficientes e mais adequadas para a obtenção da finalidade de prevenir o consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

A Comissão determina em concreto a sanção em função da necessidade de prevenir o consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas — finalidade que perpassa por todo o diploma proposto. Para o efeito, atenderá, entre outros factores, à gravidade do acto, às circunstâncias que o rodearam, à culpa do agente, ao carácter ocasional ou continuado do consumo, ao tipo de plantas, substâncias ou preparações consumidas, à natureza pública ou privada e ao local do consumo e à situação pessoal, económica e financeira do consumidor.

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES  
DEFINIDO ATÉ 2002

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 1, uma resolução que estabelece o programa de privatização para o biénio de Junho de 2000 a Junho de 2002.

No sentido de dar execução ao Programa de Governo em matéria de privatizações e de proporcionar um quadro de referência para a actuação dos agentes económicos e para a estabilidade dos mercados, o Executivo socialista considerou necessário definir o programa de privatizações para o biénio de Junho de 2000 a Junho de 2002. Após cerca de dez anos de privatizações, há que adaptar o modelo seguido às circunstâncias actuais da economia nacional e da sua inserção na economia da União Europeia.

A crescente abertura da economia portuguesa, a acrescida integração na economia europeia e o actual movimento de recomposição industrial por via de fusões e aquisições a nível internacional não deixam de condicionar igualmente a estratégia de privatizações do Governo.

O Estado deverá contribuir, através das participações que actualmente ainda detém no sector empresarial e do modo como conduza no futuro próximo as operações de privatização, para o fortalecimento e consolidação de centros de decisão privados de base nacional, com a dimensão necessária ao seu reforço nas actuais condições em que se estabelece a concorrência empresarial.

Os objectivos a prosseguir são múltiplos e correspondem, nas suas linhas gerais, àqueles que já orientaram a política de privatizações do quadriénio anterior como são a promoção do reforço da competitividade da economia nacional, através da reestruturação e reforço de alguns sectores produtivos, do desenvolvimento e ampliação do segmento accionista do mercado de capitais, da melhoria dos sistemas de gestão empresarial e, ainda, o reforço da situação financeira de algumas das empresas ainda incluídas no sector público; a contribuição para o fortalecimento e consolidação de

centros de decisão privados de base nacional, sem prejuízo dos interesses patrimoniais do Estado e do cumprimento formal e material das regras de livre circulação de capitais e da igualdade de concorrência no âmbito da União Europeia; e a contribuição para a redução da Dívida Pública e, conseqüentemente, para a diminuição dos encargos com os respectivos juros, conduzindo à diminuição do peso do Estado na captação de recursos financeiros.

À semelhança do acontecido na legislatura anterior, privilegiar-se-á a venda pública, especialmente sob a forma de operações em bolsa, sem prejuízo do recurso aos demais métodos previstos na lei, conduzindo esses processos sempre no respeito dos princípios da transparência e da equidade.

Sabendo-se que a data concreta de realização de cada operação depende das condições específicas de evolução da empresa e do sector em que se insere, bem como da situação do mercado de capitais,

prevê-se que as principais operações de privatização até ao final do primeiro semestre de 2002 sejam as seguintes, no presente ano: Cimpor – Cimentos de Portugal, SA (4ª fase); EDP – Electricidade de Portugal, SA. (4ª fase); Papercel Celulose e Papel de Portugal, SA; Portucel Industrial, SA; Portucel Florestal, SA; e Soporcel, SA.

No biénio 2000-2001 deverá proceder-se a operações de privatização na: ANA – Aeroportos e Navegação Aérea, EP; Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA (4ª fase). No próximo ano assistir-se-á à quinta fase de privatização da Portugal Telecom, SA e à privatização da TAP – Transportadora Aérea Portuguesa, SA.

Quanto aos anos 2000-2002 as operações de privatização corresponderão à Galp – Petróleos e Gás de Portugal SGPS, SA.

O encaixe global destas operações previstas para o biénio (Junho de 2000 a Junho de 2002) permitirá uma receita anual média estimada de 400 milhões de contos.



DEPUTADO NELSON BALTAZAR

Saúde

## O PEQUENO GALHARDETE «POPULAR»



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra o projecto de lei do PP sobre prescrição de medicamentos genéricos porque este diploma não apresenta inovações nem soluções, não contribuindo, por isso mesmo, para a modernização e actualização do sistema legal vigente nesta matéria.

A informação foi avançada, no passado dia 31 de Maio, na Assembleia da República, pelo deputado do PS Nelson Baltazar, que não deixou de frisar que, «final, o que existe é falta de imaginação no CDS/PP».

«Do articulado que nos é proposto, o primeiro e o último são artigos enquadramentos, um terceiro refere que a introdução no mercado se deve regular pela legislação existente e um quarto referência a necessidade da autonomização dos processos de aprovação e da existência de uma comissão específica para este tipo de medicamentos, formada por assessores qualificados para este efeito», disse o parlamentar socialista, sublinhando que «estas são as regras que o Infarmed já pratica há dez anos».

Quanto às propostas de definição de medicamento genérico, de participação do Estado, de dispensa e do regime de preços de venda ao público avançadas pelo diploma «popular», Nelson Baltazar chama a atenção para o facto de estas serem «uma cópia integral dos decretos-lei já existentes».

«É claro que o projecto não se esquece de referir a necessidade de promover medidas para uma mais ampla divulgação das vantagens da prescrição, dispensa e utilização de medicamentos genéricos, quer junto da classe média quer do público em geral», refere o deputado do GP/PS, salvaguardando porém que soluções para a execução deste plano não terem sido avançadas.

Voltando à ideia de falta de imaginação, Nelson Baltazar recordou que, um mês antes deste projecto existir, a actual ministra da Saúde dava a conhecer os passos a seguir na execução da política governativa para os genéricos.

«Um mês depois do anúncio destas medidas, surge esta novíssima iniciativa do CDS/PP» que eventualmente viria suprir a alegada falta de coragem política desde Governo em enfrentar os poderosos interesses da indústria farmacêutica», declarou.

O parlamentar do PS afirmou que com a leitura do diploma «popular» tornou-se evidente que «a enorme bandeira dos genéricos se transformara num pequeno galhardete comemorativo para oferecer como recordação aos que já são favorecidos pela necessidade social da existência de medicamentos».

Contrariamente, «a discriminação positiva que este Governo quer fazer na comparticipação dos genéricos é para beneficiar os utilizadores dos medicamentos e não a indústria, os armazenistas e as farmácias», garantiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADA ROSA MARIA ALBERNAZ

Direitos Humanos

## OS «PASSAPORTES PARA A VIDA» DE ARISTIDES SOUSA MENDES



A deputada socialista Rosa Maria Albernaz chamou a atenção, no dia 31 de Maio, no Parlamento, para a urgência de se refazer o caminho da refundação dos direitos do homem.

«A globalização/universalização civilizacional concreta que estamos a viver reforça a necessidade de repensar a generalização dos direitos humanos, não já sob a forma de imposição da cultura ocidental, mas sim em termos de construção comum partilhada por todas as culturas», disse.

É que, segundo a parlamentar do PS, «o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto justificá-los, mas implantá-los e proteger a sua radicação».

E porque falar em direitos humanos implica de certo modo relembrar personalidades que dedicaram a vida à defesa dos mesmos, Rosa Maria Albernaz fez referência explícita à figura de Aristides Sousa Mendes, que definiu como o «diplomata português cujo exemplo há que ter permanentemente na memória do nosso

povo».

Num breve recuo ao episódio histórico da Segunda Guerra Mundial em que os diplomatas portugueses receberam do ditador Salazar a ordem de «não atribuir vistos a pessoas de sangue impuro nem a oponentes do governo nazi», Rosa Albernaz destacou a heroicidade de Aristides Sousa Mendes ao desobedecer e «conceder» aos perseguidos de Hitler «30 mil passaportes para a vida».

Recordando ainda a estigmatização com que fora presenteadada coragem e humanidade daquele «homem só», a deputada do GP/PS afirmou que Aristides Sousa Mendes merece mais do que meras homenagens.

Por ser um «paradigma de generosidade e respeito dos direitos humanos», Aristides Sousa Mendes deve ser, no entender de Rosa Maria Albernaz, «uma referência moral e cívica para a nossa juventude e para todos nós». Falando na batalha que se trava a nível europeu contra o racismo e a xenofobia, a deputada socialista termina a sua declaração política, proferida no período antes da ordem do dia, com a defesa da importância da pedagogia da tolerância.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

25º Aniversário da Constituinte

## BERÇO DE DEMOCRACIA



O deputado socialista José Medeiros Ferreira saudou, no passado dia 1, no Parlamento, o completar de 25 anos desde a abertura da Assembleia Constituinte recordando os constituintes já falecidos.

Ao sublinhar convictamente que a sessão solene de abertura da Constituinte a 2 de Junho de 1975 se revelou «um marco fundamental na passagem da ditadura para a democracia em Portugal», o parlamentar do PS endereçou uma palavra de reconhecimento aos ex-constituintes que hoje são deputados da Assembleia da República, entre eles, Manuel Alegre, António Reis, Helena Roseta, Miranda Calha, Basílio Horta, Mota Amaral e Pedro Roseta.

Os contributos para a construção do regime democrático em que hoje vivemos começaram por ser dados na rua.

«Foi meta da realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte, no prazo de um ano após o derrube da ditadura, que imediatamente distinguiu a acção militar do Movimento das Forças Armadas de um mero golpe de Estado», lembrou, frisando ainda que essas eleições históricas foram a pedra angular do nosso regime pluralista e representativo.

«Participação era uma realidade tão exuberante nesses tempos que não era preciso proclamá-la», referiu.

Falando sobre todo o trabalho de elaboração da lei eleitoral e do recenseamento, Medeiros Ferreira quis destacar o papel desempenhado pela Comissão de Elaboração do Projecto de Lei Eleitoral, promovida pelo deputado socialista José Magalhães, enquanto berço do actual quadro jurídico democrático.

«Os decretos 621 – A, B e C, de 15 de Novembro de 1974, aprovados pelo III Governo Provisório, bem como a lei dos partidos políticos do mesmo mês, regularam atempadamente as eleições para a futura constituinte e ainda hoje perduram como traves-mestras da arquitectura representativa e eleitoral», disse.

Reiterando a ideia de que a Assembleia Constituinte teve um papel fundamental na construção do regime democrático em que ainda hoje vivemos, O parlamentar do PS declarou que embora a sua obra não tivesse sido perfeita, «permitiu o seu próprio aperfeiçoamento sem rupturas nem sobressaltos».

«É ainda hoje a necessidade de viver em liberdade a maior defesa dos trabalhos da Constituinte e do regime democrático», afirmou, acrescentando: «Mas ninguém cuide poder viver em liberdade sem estar pronto de nova para defender a democracia».

José Medeiros Ferreira concluiu a sua intervenção defendendo o culto dos valores cívicos e políticos, «mesmo contra a indiferença ou a hostilidade de alguns».

MARY RODRIGUES

«A ESCOLA E A ASSEMBLEIA»

Sexta sessão

## MINISTRO DA EDUCAÇÃO DÁ LIÇÃO DE DEMOCRACIA E CIDADANIA

Na sexta sessão parlamentar «A Escola e a Assembleia», cerca de duas centenas de crianças-«deputados» do 2º e 3º ciclos de várias escolas do País questionaram os líderes das bancadas parlamentares sobre problemas de educação, ambiente, saúde, segurança, entre outros.

Particularmente marcante, pela clareza e pedagogia, foi a intervenção do ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, dirigida aos «jovens deputadas e deputados». Uma intervenção notável a todos os títulos. Um grande contributo para uma melhor compreensão da escola dos cidadãos e da relação entre a Escola e a Assembleia.

Saudando este «importante exercício cívico», o ministro perguntou: «O que é a escola dos cidadãos?» e deu a resposta: «É a escola que considera o jovem estudante como o centro e objectivo de tudo quanto realiza.»

Uma melhor democracia

«Ao virem até à casa da Democracia, ao lugar onde os deputados debatem as grandes questões do nosso país devem, antes de tudo, por tudo isto, compreender que também no vosso dia-a-dia estão já, mesmo na vossa idade, a contribuir para a democracia. Como? Elegendo os vossos delegados de turma, propondo aos vossos professores organizar melhor a escola, cuidando do vosso edifício, ajudando a proteger o meio ambiente ou garantindo que tudo esteja limpo e arranjado, que haja boa organização e hábitos de trabalho e que não haja situações perigosas». Assim, sublinhou, «poderão já estar a antecipar para a vossa geração, uma melhor democracia, onde todos nasçam e vivam iguais em dignidade e direitos, onde os direitos e deveres sejam vistos como faces de uma mesma moeda».

J. C. CASTELO BRANCO

# PORTUGAL SOCIALISTA



NAS BANCAS

INTERNACIONAL SOCIALISTA  
**SOCIALISTAS NO MUNDO**

DEPUTADO PAULO PISCO

Medicinas não convencionais

## REGULAMENTAR PARA ACABAR COM SITUAÇÃO DE SEMICLANDESTINIDADE



«A nossa determinação em regulamentar as medicinas convencionais é inequívoca. Mas temos também de ter a exacta noção que se trata de

erguer, onde agora nada existe, um edifício jurídico-legal que enquadre de forma adequada e responsável o que já existe no terreno. E é neste contexto que julgamos que o projecto-de-lei do Bloco de Esquerda perde em consistência, porque omite e é impreciso em alguns aspectos e baralha outros», afirmou no dia 31 de Maio, na Assembleia da República, o deputado do PS Paulo Pisco.

O deputado do GP/PS, que falava durante a discussão do projecto-de-lei do Bloco de Esquerda de regulamentação das medicinas não convencionais, referiu que «a exemplo do que acontece na Europa, o número de portugueses que a elas recorre é cada vez maior» e que «o mercado de produtos naturais não pára de crescer». «É por todas estas razões e, fundamentalmente, para garantir a qualidade dos cuidados que são prestados por estes profissionais que é preciso regulamentar, acabando com esta situação

de semiclandestinidade que existe no sector, que afecta toda a sociedade e gera tensões e angústias injustificadas», disse. Segundo sublinhou, «regulamentar significa enquadrar legalmente as medicinas não convencionais, reconhecer a sua autonomia técnica e deontológica, definir as respectivas áreas de intervenção e dignificar uma actividade que tem todas as condições para dar um contributo válido para uma forma diferente de encarar a saúde».

Significa, adiantou, «pensar nos consumidores e no direito que eles têm de possuir uma informação correcta sobre as terapias, os métodos e os produtos utilizados».

### Separar o trigo do joio

Mas significa também, adiantou, «separar o trigo do joio, com toda a coragem e determinação, e acabar com os charlatães que abusam de quem de boa-fé ou em desespero de causa os procura. Significa dar garantias de qualidade nos medicamentos e produtos que existem no mercado, no grau de exigência e no reconhecimento dos cursos ministrados».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOÃO SOBRAL

Relatório sobre a saúde

## MAIS UMA MANOBRA DE DIVERSÃO DO PSD

O deputado do PS João Sobral afirmou no dia 31 de Maio que «a simples constatação da deficiente qualidade da recolha de indicadores tão importantes como as taxas de mortalidade materno e infantil, de cobertura em planeamento familiar ou mesmo de utilizadores por unidade de saúde, deveria fazer reflectir os deputados do PSD acerca da qualidade do sistema que deixaram, de modo a evitarem falar de transparência quando a opacidade caracterizou a sua gestão do SNS». O PS, adiantou, «está convencido que falar de transparência é falar de um sistema de informação de qualidade e da acessibilidade a esta informação por parte de todos os interessados».

João Sobral falava durante a discussão do projecto-de-lei do PSD sobre o relatório anual sobre o estado da saúde.

O PS, disse, «está convencido que falar de transparência é falar de um sistema de informação de qualidade e da acessibilidade a esta informação por parte de todos os interessados».

### Investida laranja contra o SNS

O deputado do PS salientou que «a implementação do cartão do utente, a informatização de todos os serviços e postos de trabalho, a criação de bases de dados que permitam conhecer, por exemplo, perfis de prestação e de utilização de cuidados ou gerir listas de espera são realizações do Governo que os deputados do PSD conhecem e que são elas próprias geradoras de transparência e pressupostos para uma gestão sustentada de um SNS que continuamos a defender, sobretudo contra todos aqueles que, procurando sistematicamente a sua descredibilização e desarticulação, não têm a coragem política de dizerem ao que vêm, ou seja, que modelo alternativo credível propõem». Segundo João Sobral, «nada disto preocupou o PSD. O que parece preocupar o PSD é conhecer o que já é conhecido».

J. C. CASTELO BRANCO

## ÉTICA SOCIAL HUMANISTA PARA COMBATER POBREZA E DIGNIFICAR O TRABALHO

O Presidente da República, Jorge Sampaio, defendeu no dia 5 de Junho, na 88ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça, uma «ética social humanista» como a melhor forma de combater a pobreza e dignificar o trabalho. Jorge Sampaio, que intervinha como convidado na cerimónia de abertura da conferência anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de que Portugal é membro, expressou-se em português.

«Quero agradecer a oportunidade que me foi dada de vos falar em português, uma língua na qual se expressam, nos vários continentes, 200 milhões de pessoas, com culturas tão ricas quanto variadas», disse a iniciar o Chefe de Estado.

Para Jorge Sampaio, «a globalização dos mercados financeiros, o aumento do poderio das empresas transnacionais e a revolução das tecnologias da informação e da comunicação, ao mesmo tempo que criaram oportunidades de desenvolvimento sem precedentes, vieram agravar a situação de desigualdade em que vivem regiões imensas do mundo e amplos grupos de pessoas».

«Estamos perante novos riscos e sérias ameaças a regras, sistemas e organizações a quem a História reconhece um papel decisivo na promoção e na defesa dos valores da dignidade humana e da solidariedade social», realçou Sampaio ao discursar neste encontro da OIT, integrada



nas Nações Unidas.

E acrescentou: «Recuso a tese segundo a qual a intervenção dos poderes públicos nacionais e das organizações internacionais está hoje limitada a um espaço tão exíguo que, em muitos casos, seria incapaz de assegurar a efectividade dos direitos cívicos

e políticos, ao mesmo tempo que transformaria os direitos sociais num luxo só possível nas regiões e nas épocas de maior prosperidade.»

Para Sampaio, «parece necessário desenvolver no seio de organizações internacionais, como a OIT e outras, o

debate aprofundado sobre os modos de regulação dos mercados internacionais de capitais face a alguns movimentos que são de natureza eminentemente especulativa». «Têm sido responsáveis por choques e perturbações na economia e nos sistemas de emprego com repercussões sociais de enorme gravidade», justificou Jorge Sampaio.

### Reinventar as condições de pleno emprego

Falou, igualmente, de «uma das tarefas mais difíceis, mas também das mais importantes, que a governabilidade das sociedades hoje impõe», ou seja, «reinventar as condições do pleno emprego, adaptar os sistemas de relações industriais à mudança económica e às novas clivagens sociais e melhorar o nível e a equidade dos sistemas de protecção social em função das mudanças já verificadas ou previsíveis».

Os objectivos, em suma, frisou Jorge Sampaio, são limitar as desigualdades e promover a equidade social e a dignidade no mundo do trabalho.

O Presidente da República lançou um apelo à «comunidade internacional dos intelectuais, artistas, escritores e jornalistas» para que «apoiem a OIT, com a generosidade própria dos que decidiram pôr-se do lado das grandes causas da humanidade, na realização de uma campanha mundial a favor da dignificação do trabalho».

## EUROPA SEM PORTAS ESCANCARADAS NEM FORTALEZA

O eurodeputado socialista Mário Soares defendeu em Espanha que a Europa «não deve ser uma fortaleza inexpugnável», nem pode «abrir totalmente as portas indiscriminadamente» à imigração ilegal. Mário Soares intervinha numa conferência de imprensa em Telde, na ilha espanhola de Gran Canaria, onde proferiu várias conferências e participou em iniciativas organizadas pelo Partido Socialista Canário. Soares acrescentou que a União Europeia (UE) «precisa receber muitos mais imigrantes para desenvolver a sua própria economia».

O também presidente honorário da Internacional Socialista considerou, contudo, que a abertura das fronteiras europeias aos imigrantes poderia traduzir-se numa «invasão» dos países do Norte de África,



onde «os jovens não têm nada que fazer». «Se abrissemos as portas, seríamos invadidos por essa massa demográfica», considerou.

Soares salientou que a «melhor maneira de evitar esses fluxos migratórios é criar mais emprego nos países de origem» dos imigrantes.

«Toda a Europa está sob pressão das pessoas que provêm de África e do Leste» europeu, ao ponto dos «países mais a ocidente, como Portugal e Espanha, receberem a pressão migratória de romenos, búlgaros e albaneses», adiantou. A UE, prosseguiu o eurodeputado socialista, deve executar «uma política correcta de imigração» para preservar o equilíbrio entre as suas necessidades de mão-de-obra e o risco que pode acarretar a total abertura das fronteiras.

BRUXELAS

Alargamento

## PORTUGAL INFORMOU CANDIDATOS À ADEÇÃO SOBRE A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES

**A** presidência portuguesa dos Quinze informou no dia 5, em Bruxelas, os países candidatos à adesão sobre o estado das negociações da reforma dos Tratados da União Europeia.

O secretário de estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, manifestou o seu «optimismo sobre o ritmo dos trabalhos da Conferência Intergovernamental (CIG)» que até ao fim do ano deverá chegar a acordo sobre as reformas das instituições comunitárias necessárias para a adesão dos novos membros.

«Compreendo a sua preocupação, mas, por enquanto, não há razões para pensar que o processo se está a atrasar», disse Seixas da Costa na conferência de imprensa que se seguiu ao encontro que teve com os chefes das diplomacias dos 13 países



candidatos à adesão.

A falta de avanços visíveis nas conversações da CIG leva a maior parte dos países candidatos a recear um atraso no processo de alargamento.

Portugal lançou em Fevereiro a Conferência Intergovernamental (CIG) que até ao fim do ano deverá chegar a acordo sobre as alterações institucionais que vão permitir à UE funcionar de uma forma eficaz com, pelo menos, mais 12 Estados-membros.

O resultado da CIG terá em seguida de ser ratificado pelos parlamentos dos Quinze até finais de 2002, por forma a que os primeiros candidatos possam aderir no início do ano seguinte.

A União Europeia está a negociar o seu alargamento a 10 países da Europa Central e Oriental (Polónia, Hungria, República Checa, Bulgária, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Lituânia, Letónia e Estónia) e às ilhas mediterrâneas de Chipre e Malta.

A Turquia foi aceite como um país candidato, embora ainda não reúna as condições - respeito pelos direitos humanos, direito das minorias e outras - necessárias para iniciar as negociações de adesão.

Durante o período em que presidiu aos trabalhos da CIG, Portugal tentou obter compromissos nas questões que tinham ficado em suspenso aquando da reforma anterior (Tratado de Amesterdão):

composição da Comissão Europeia, reponderação de votos entre os Estados-membros e extensão do voto por maioria qualificada a áreas ainda sujeitas à unanimidade.

### Cooperações reforçadas

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus informou os chefes das diplomacias dos países candidatos que Portugal iria propor em 19 e 20 de Junho, aquando da reunião dos chefes de Estado e de Governo da UE a realizar em Santa Maria da Feira, a inclusão do tema «cooperações reforçadas» na agenda da CIG para o segundo semestre do ano, quando a França assumir a presidência da UE.

Uma cooperação reforçada significa que um grupo de Estados-membros poderá avançar mais depressa que outros na execução de uma determinada política comum.

Seixas da Costa dirige o grupo de trabalho que prepara as reuniões ministeriais da CIG, que são presididas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

ANGOLA

EUA admitem

## NECESSIDADE DE ACÇÕES MILITARES CONTRA A UNITA PARA ALCANÇAR A PAZ

A sub-secretária de Estado norte-americana para os Assuntos Africanos, Susan Rice, admitiu em Luanda que «a resposta militar» é uma «parte necessária» dos esforços do Governo angolano para alcançar a paz.

«A maneira mais rápida seria Jonas Savimbi cumprir o Acordo de Lusaca, cessar as acções militares e desarmar, mas, como ele não faz isso, a resposta militar é uma parte necessária dos esforços do Governo para alcançar a paz», afirmou Susan Rice, que falava numa conferência de imprensa no final da sua visita a Angola.

A responsável norte-americana salientou, no entanto, que as acções militares «não são a única parte» do processo para a paz, defendendo a necessidade de «maior abertura política, reformas económicas, medidas para acabar com a corrupção e um investimento maior para satisfazer as necessidades sociais do povo angolano».

«Não me parece, neste momento, ser viável uma negociação (com a UNITA), mas a UNITA tem um papel político importante a desempenhar em Angola», frisou Susan Rice, acrescentando que os EUA «apoiaram e continuam a apoiar o protocolo de Lusaca» e ficaram «frustrados e desapontados» por Jonas Savimbi não ter cumprido os compromissos que assumiu.

A sub-secretária de Estado norte-americana garantiu, no entanto, que os EUA «não têm uma relação militar activa» com o Governo angolano, «nem assumiram

nenhum compromisso nessa área» nas conversações realizadas nos últimos dias em Luanda.

No encontro com os jornalistas, Susan Rice salientou que o Governo norte-americano está «encorajado com os progressos verificados nas relações bilaterais», acrescentando que Washington «tem um interesse profundo na paz, estabilização económica e democracia em Angola».

### Preocupação com a liberdade de imprensa e de expressão

«Para os EUA, a liberdade de imprensa e de expressão é uma parte fundamental da democracia», afirmou Rice, salientando que esta questão foi analisada no encontro que manteve com o presidente angolano José Eduardo dos Santos, que manifestou o seu acordo com este princípio.

Relativamente a esta questão, Susan Rice admitiu, no entanto, que, em Angola, «ainda há espaço para melhorias», defendendo ainda a necessidade de «haver espaço político suficiente para o funcionamento dos partidos políticos», já que «uma oposição forte melhora a democracia».

A sub-secretária de Estado dos EUA manifestou ainda «preocupação» com a actual situação na fronteira entre Angola e a Zâmbia, considerando que «a guerra (em Angola) não deve passar os limites da fronteira e os dois governos devem fazer um esforço nesse sentido».

COOPERAÇÃO

UE/ACP

## NOVO ACORDO DE PARCERIA ASSINADO DURANTE PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

O novo acordo de parceria entre a União Europeia e os países do grupo África, Caraíbas e Pacífico (ACP) será assinado durante a presidência portuguesa da UE, na Jamaica, no Botsuana ou no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, Aveiro. A informação foi avançada por Isabel Afreixo, delegada nacional ao Comité de Ligação das Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), à margem de um seminário internacional que debate o novo acordo, que vem substituir a Convenção de Lomé. Comércio, dívida, sociedade civil, género, direitos humanos e prevenção de conflitos são os temas do seminário organizado pela Plataforma Portuguesa das ONGD realizado em Lisboa. Segundo Isabel Afreixo, o número de pessoas que vivem com menos de um dólar/dia aumentou 46 por cento na África sub-saariana, 15 por cento na Ásia do Leste e Pacífico e 16 por cento na América Latina e Caraíbas, entre 1987 e 1998.

Após 25 anos de vigência dos Acordos de Lomé, a participação dos países ACP nos mercados europeus passou de 6,7

por cento em 1976 para 3 por cento em 1998, acrescentou.

Apesar de satisfeito com o novo acordo de parceria ACP/UE, a responsável da Plataforma considera que «há muita coisa que ainda está em aberto», sobretudo a nível de regionalização, alívio da dívida, calendário dos acordos comerciais e acesso aos fundos, que passou a ser condicionado ao bom desempenho económico de cada Estado.

Por outro lado, as ONGD consideram que a política de cooperação para o Desenvolvimento está a perder peso específico no seio da União Europeia e temem que, «a curto ou médio prazo, venha a ser uma pequena parte da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), passando a ajuda a fazer-se quando e onde dê jeito à UE», salientou. Após a assinatura do novo acordo de parceria, que tem a duração de 20 anos, em vez dos 10 previstos no anterior, a ratificação pelos respectivos Estados pode demorar até Junho de 2002, acrescentou a responsável.

O acordo engloba os Estados-membros dos Quinze e mais de 70 países ACP.

## ADJUDICADOS MAIS 1,5 MILHÕES DE CONTOS DE OBRAS NA BAIXA PORTUENSE

**A** final, Manuel Maria Carrilho tinha razão no diferendo que o opôs a um banqueiro.

O tempo veio confirmar a quem ainda tivesse dúvidas que a razão esteve sempre do lado do ministro da Cultura. Com a nova administração da Porto 2001, presidida por Teresa Lago, o projecto caminha rápida e seguramente.

As obras e as iniciativas avançam a bom ritmo. A componente cultural do projecto está assegurada a todos os níveis.

A Porto 2001, SA adjudicou três dos quatro lotes da primeira fase de requalificação da baixa da Cidade Invicta por um valor global de 1,575 milhões de contos (7,875 milhões de euros).

Em comunicado, a sociedade promotora da Capital Europeia da Cultura refere que em breve será adjudicado o Lote 1, correspondente ao espaço do Jardim da Cordoaria, praças da Relação e de Parada Leitão e ruas dos Clérigos e das Carmelitas, e que todas as obras da primeira fase estarão prontas dentro do prazo estabelecido, Fevereiro de 2001. Esta garantia é dada mesmo depois do atraso de mais de um mês provocado



pela anulação do concurso do Lote 4, referente às ruas de Sá da Bandeira e Magalhães Lemos, devido à apresentação de «valores globais substancialmente acima dos preços previstos».

### Fiscalização

O Lote 4 foi agora adjudicado extraconcurso ao consórcio Jaime Ribeiro e Filhos/Construtora Abrantina por 424 mil contos (2,12 milhões de euros), mais 40 por cento do que os 300 mil contos (1,5 milhões de euros) orçamentados.

A zona da Praça da Batalha e ruas 31 de Janeiro e Passos Manuel (Lote 3) foi entregue por 706 mil contos (3,53 milhões de euros) ao consórcio Contacto/Monte e Monte/Gabriel A. S. Couto, responsável também pelas obras do Lote 2, correspondente às ruas do Almada, Galeria de Paris, Cândido dos Reis e Conde de Vizela - 445 mil contos (2,225 milhões de euros).

A fiscalização e controlo das três empreitadas adjudicadas foi atribuída à Tecnoplano.

## UM COMBOIO CHAMADO LITERATURA

**O** ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, acompanhado de José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, realçou no dia 4 de Junho «o potencial da diversidade europeia» ao saudar os cerca de 100 escritores que chegaram a Lisboa para participar no Comboio da Literatura Europa 2000.

«Atravessar a Europa, tantas das suas cidades, estabelecer contactos com as suas culturas e expectativas é, sem dúvida, uma iniciativa que bem pode estreitar laços entre os escritores e, também, aproximá-los da generalidade dos cidadãos europeus», realçou o titular da Cultura na cerimónia de acolhimento e boas-vindas num hotel da capital.

E acrescentou: «São iniciativas destas, que assumem na prática o valor e o potencial da diversidade europeia - que é a mais forte matriz da nossa sempre em aberto identidade comum -, que podem ajudar a construir um espaço europeu.»

José Saramago também usou da palavra, para saudar os seus colegas escritores europeus e congratular-se com o Comboio da Literatura, que vai passar por 11 países e 18 cidades europeias, durante o próximo mês e meio.

«Creio que a Europa é talvez um continente



que acabará por nunca ser descoberto. Tudo isto se complica pelo facto de o comboio que vai partir dentro de dias levar 105 territórios humanos», disse o autor de «Memorial do Convento».

Poemas lidos e encenados e debates sobre temas como «Literatura(s) Europeia(s)», «Futuro da Técnica, Futuro das Letras» preenchem o programa «Ler Lisboa», que acolhe em Portugal os escritores

participantes no «Comboio da Literatura», que partiu ontem da Estação de Santa Apolónia.

O percurso da viagem - inspirado no lendário «Norte-Sul Expresso» - prevê paragens nas cidades de Madrid, Bordéus, Paris, Lille, Bruxelas, Dortmund, Hanôver, Malbork, Kaliningrad, Vilnius, Riga, Tallinn, São Petersburgo, Moscovo, Minsk, Varsóvia e, finalmente, Berlim, com termo previsto para 14 de Julho.

### Multiculturalidade e plurilinguismo

Os escritores são provenientes de 43 países europeus. A Europa actual é constituída por 48 Estados, onde se falam mais de 40 línguas. Esta viagem - idealizada pelo Ministério da Ciência, Educação e Cultura alemão - tem por objectivo fomentar a multiculturalidade e o plurilinguismo num continente em que as fronteiras tendem a desaparecer.

Por outro lado, existe o lado mítico do comboio e da viagem, que se pretende explorar e registar num documento comum, a lançar sob a forma de livro em 2001, na consagrada Feira de Editores de Frankfurt. O «Comboio da Literatura-Europa 2000» levará três escritores portugueses: Ana Luísa Amaral, Inês Pedrosa e Paulo Teixeira.

CALDAS DA RAINHA

Congresso da Anafre

## FREGUESIAS QUEREM AUMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

O Congresso da Associação Nacional de Freguesias (Anafre) discutiu no dia 3 de Junho a moção apresentada pelo Conselho Directivo que propõe um aumento da dotação orçamental para as freguesias de 3,5 por cento.

O aumento das transferências financeiras para as juntas de freguesia significa, para o presidente do Conselho Directivo da Anafre, o socialista Rosa do Egípto, «uma forma de dar resposta aos anseios das comunidades locais e de reforçar a administração descentralizada».

A moção de estratégia apresentada para os próximos dois anos, altura em que haverá eleições, prevê também que seja estabelecido o valor de cinco mil contos como verba mínima para o funcionamento das autarquias, assim como a equiparação das freguesias aos municípios nas condições de acesso ao crédito, uma vez que apenas lhes é permitido o recurso a endividamento no prazo máximo de um ano e as freguesias não podem adquirir crédito a leasing.

O alargamento do número de autarcas de



junta de freguesia que exerce o cargo a tempo inteiro - o regime de permanência - é outra das reivindicações que constam no documento apresentado por mais de 40

congressistas.

O facto de apenas 10 por cento das freguesias exercerem este regime «não faz qualquer sentido, é necessário um

alargamento», afirmou Rosa do Egípto.

De acordo com a moção, os encargos do regime de permanência devem ser suportados pelo Orçamento de Estado.

Outra proposta apresentada é a contagem do tempo de serviço autárquico para a antecipação na reforma, como já aconteceu nas câmaras municipais.

O estatuto de parceiro social reconhecido à Anafre, que lhe permite ser ouvida pelo Governo e pela Assembleia da República, é encarado como «um trunfo» dos autarcas para fazerem ouvir as suas reivindicações «sem ser através de manifestações de rua como aconteceu durante vários anos», afirmou o presidente da Anafre.

A todas as reivindicações, o ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, disse que «não deixará de ser tomadas em conta pelo Governo».

Fernando Gomes presidiu à abertura dos trabalhos do congresso na presença de 800 congressistas, onde disse que o Governo está a preparar um pacote de transferências para as autarquias até 2003 e cuja «primeira etapa vai estar consagrada no Orçamento de Estado de 2001».

EQUIPAMENTOS

Aeroporto da Portela

## GUILHERMINO RODRIGUES PREVÊ LOTAÇÃO ESGOTADA PRECOCE

O secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, afirmou na passa-da segunda-feira, dia 5 que, se as actuais taxas de crescimento do tráfego aéreo de passageiros se mantiverem, o aeroporto da Portela esgotará a sua capacidade antes do previsto.

Segundo o governante, que participou em Coimbra no seminário internacional «Transportes e Intermodalidade no Atlântico», a taxa média de crescimento prevista, de quatro por cento, foi ultrapassada e nos primeiros meses do corrente ano «andou à volta dos 11 por cento».

«Estamos convictos de que podemos ter um problema na Portela muito antes de 2008-2010», sublinhou Guilhermino Rodrigues, acrescentando que, no que respeita ao transporte de carga, já não tem mais espaço para crescer.

Neste âmbito, apontou a construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa, na Ota, como um ponto estratégico na nova política dos transportes.

Com a infra-estrutura, o Executivo pretende «eliminar um ponto de estrangulamento do



sistema aeroportuário nacional, criando simultaneamente condições para a fixação de actividades logísticas que também potenciarão a actividade transportadora».

Guilhermino Rodrigues referiu ser impossível falar de Plano Operacional dos

Transportes «sem reequacionar o Sistema Logístico Nacional», que tem como prioridades agregar plataformas logísticas ao Porto de Sines, ao futuro aeroporto da Ota e ao Francisco Sá Carneiro e às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Segundo o secretário de Estado, estão

também a ser realizados outros investimentos prioritários, nomeadamente a remodelação dos aeroportos Sá Carneiro e de Faro e a modernização da rede ferroviária nacional, destacando-se as ligações a Espanha, a Norte à Galiza e uma nova ligação a Madrid via Badajoz.

Outro dos campos de intervenção, «ao qual normalmente se dá pouca importância» - acrescentou - é o «reordenamento legislativo de todos os tipos de transportes», de forma a alterar as relações entre o Estado e os operadores privados, permitindo a sua entrada em segmentos do mercado que até agora lhes estavam vedados.

Além do transporte aéreo, com a privatização da ANA, há aspectos a mudar nos restantes meios, explicou, estimando que «ainda este ano seja possível a abertura de alguns segmentos do transporte ferroviário de mercadorias ao sector privado».

No transporte rodoviário, o Governo pretende acabar com algumas «questões caricatas», exemplificando com o facto de o desenvolvimento das empresas ter estado condicionado a dotações de carga.

## AVALIAR PARA DESENVOLVER

O ministro da Ciência e da Tecnologia defendeu, no dia 6, em Lisboa, que a avaliação independente, regular e pública das Unidades de Investigação nacionais é a chave para o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico português.

Mariano Gago implantou em 1996 um sistema de avaliação plurianual das Unidades de Investigação financiadas pelo Estado, tendo sido agora divulgados os resultados referentes à segunda edição, que abrangeu 263 Unidades de Investigação.

«O objectivo do Ministério da Ciência e da Tecnologia é estabelecer um padrão de cultura de rigor e avaliação pública extensível a todas as áreas da sociedade portuguesa», disse Mariano Gago.

A avaliação das Unidades de Investigação, conduzida por um conjunto de 160 investigadores, na maioria estrangeiros, constitui a base do financiamento do sistema científico nacional.

A avaliação assentou nos elementos que as Unidades de Investigação forneceram à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, entidade responsável pela coordenação do processo (que custou cerca de 200 mil contos), e nas visitas regulares efectuadas pelos investigadores internacionais.

Em termos metodológicos consideraram-se três escalões de financiamento de base anual por doutorado: 820 contos para as unidades classificadas com «Excelente» e «Muito Bom», e 5/6 e 2/3 desse valor para as unidades classificadas com «Bom» e «Regular», respectivamente, deixando as unidades classificadas com «Fraco» de beneficiar de financiamento plurianual. Na avaliação agora divulgada, referente aos



dados de 1999, foram oito as instituições que mereceram essa penalização, por não apresentarem suficiente trabalho científico para justificar o financiamento pelo Estado, embora exista ainda um período de recurso ou resposta ao relatório dos investigadores independentes.

Os valores globais de financiamento do Ministério da Ciência e Tecnologia passaram de 1,5 milhões de contos em 1996 para 5,1 milhões de contos em 1999. Segundo Mariano Gago, a avaliação de 1996 teve enormes consequências, nomeadamente a nível da reorganização interna e melhoria das instituições científicas e da regulamentação das relações entre Estado e instituições.

«É hoje claro que houve um aumento da dimensão do sistema científico português nos últimos três anos», sublinhou o ministro.

O governante destacou a importância do carácter internacional do processo de avaliação que se, por um lado, credibiliza o próprio sistema, por outro, incentiva a internacionalização da ciência portuguesa. No entanto, Mariano Gago afirmou que o tamanho do sistema científico nacional continua abaixo das necessidades do País, embora Portugal tenha registado o maior crescimento da Europa ocidental nesta área. «Com as actuais taxas de crescimento, penso que é possível atingir os níveis médios de recursos humanos em Ciência e Tecnologia na Europa em 2006», disse.

### Evitar fuga de cérebros

Assim, o ministro considerou que é necessário continuar a consolidação das instituições científicas e manter o processo

de atracção e fixação dos jovens investigadores, evitando a fuga de cérebros para o exterior, como sucedeu na Grécia ou Irlanda.

O desenvolvimento de um sistema de redes que interligue as Unidades de Investigação pode, segundo Mariano Gago, resolver o problema da reduzida dimensão em algumas áreas, através da partilha de recursos, orçamentos e até de quadros técnico-administrativos.

A baixa mobilidade dos investigadores portugueses dentro do País e a fraca internacionalização da ciência, em áreas como as ciências sociais e humanas, são outras conclusões que resultam desta avaliação.

O ministro Mariano Gago sublinhou ainda a necessidade de valorizar a investigação científica dentro das Universidades, tendo o Ministério encetado já o diálogo com o conselho de reitores.

«As cargas lectivas que têm muitos dos melhores investigadores portugueses são insustentáveis», disse.

A nível de infra-estruturas, os relatórios divulgados apontam ainda para a necessidade de renovar alguns equipamentos pesados de uso comum, de aumentar a rapidez de acesso à Internet para fins de investigação e de melhorar as bibliotecas científicas nacionais, três áreas já consideradas prioritárias pelo Ministério. O aproveitamento empresarial da investigação científica foi também considerado fundamental por Mariano Gago, que anunciou a criação, a curto prazo, de Centros de Valorização Económica da Actividade da Investigação Científica junto das Unidades de Investigação.

## POPULAÇÃO DE CRUSTÁCEOS EM ESTUDO

Uma campanha de rasteio sobre a população de crustáceos está a decorrer ao longo da costa do Alentejo e do Algarve, visando estimar os índices de abundância e distribuição da espécie.

Trata-se de um projecto de investigação promovido pela Secretaria de Estado das Pescas (SEP), iniciado em 31 de Maio e que decorre até ao dia 21, a bordo do navio «Noruega».

Ao longo de 21 dias uma equipa de técnicos e investigadores estimará os índices de abundância dos mananciais de lagostim, gamba, camarão vermelho e das principais espécies de peixes acompanhantes e tratar da marcação de tamboril para estudos de crescimento. Inserida na política de investigação desenvolvida pelo Governo socialista, da

qual fez parte a recente campanha da sardinha, que terminou em Abril, o denominado «Cruzeiro Crustáceos 2000» tem ligações com os projectos nacionais de biologia de avaliação dos stocks de pescada, carapau, areeiros, tamboril, cefalópodes e crustáceos e a nível internacional com os projectos «DEMASSESS» e «EDFAM».

O levantamento do manancial de crustáceos existente está a ser efectuado através de redes de arrasto camaroeiras, com um saco de 20 milímetros de malha. Ao longo da acção, os lanços de arrasto estão a ser realizados do amanhecer ao pôr-do-Sol, a uma velocidade de três nós e com a duração máxima de uma hora.

## DEPUTADOS SOCIALISTAS SATISFEITOS

Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) que visitaram, no dia 5, o concelho de Cabeceiras de Basto elogiaram o ensino ministrado no Externato local, da Diocese de Braga, e consideraram desnecessária a construção de uma escola estatal na localidade.

O deputado socialista à Assembleia da República, Laurentino Dias, que integrou a delegação, afirmou que «o Externato possui instalações e equipamento de grande qualidade e está dotado do respectivo corpo docente, pelo que o concelho está bem servido em termos educativos e até ao 12.º ano».

O parlamentar rejeitou assim uma exigência do PSD de Cabeceiras de Basto, que em comunicado reivindicou a criação de uma escola da rede pública do Ministério da

Educação.

Segundo Laurentino Dias, «não faz qualquer sentido que o Governo esteja a investir verbas públicas na construção de uma escola quando esta já existe, tem qualidade, segue as normas do ensino oficial e está sediada num edifício de grande dignidade que disponibiliza equipamentos e salas de aula com qualidade superior à de muitas escolas secundárias».

Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Braga – Laurentino Dias, João Lourenço, Ricardo Gonçalves e Miguel Teixeira – foram recebidos segunda-feira na Câmara Municipal, tendo visitado as obras de recuperação e beneficiação do Externato, a Igreja e Mosteiro de São Miguel de Refojos, a Caixa Agrícola, a Associação Mútua de Basto e a Fundação A. J. Gomes da Cunha.



## Amarante

### Arruamentos e acessibilidades

A Câmara Municipal de Amarante aprovou, recentemente, a abertura do concurso público para a construção dos arruamentos do Arquinho-Queimado propostos no Plano de Pormenor elaborado para aquela zona. A intervenção incidirá na área compreendida entre o cruzamento da Av. 1º de Maio com a Av. 25 de Abril e Rua António Carneiro e o acesso nascente aos blocos do Queimado.

O objectivo das obras é o de melhorar as acessibilidades numa das zonas mais nobres da cidade, bem como eliminar conflitos de trânsito e proporcionar o arranjo urbanístico de partes mais degradadas e sensíveis daquela zona.

## Almodôvar

### «Pelo Ar até ao Mar 2000»

A exemplo de 1999, a Câmara Municipal de Almodôvar vai realizar no dia 10 de Junho, juntamente com as autarquias de Cuba, Odemira, Ferreira do Alentejo e Portel, a iniciativa «Pelo Ar até ao Mar 2000», que consiste em proporcionar aos idosos destes cinco concelhos alentejanos a oportunidade única de viajarem de avião entre Faro e Lisboa.



O encontro dos participantes terá lugar na parte da manhã, em Faro, a que se seguirá um passeio até à beira-mar, experiência única para muitos dos idosos. Será servido um almoço-convívio e depois será a partida para Lisboa, em dois voos.

## Coimbra

### Câmara aprova tarifa especial para passes de reformados

A Câmara de Coimbra aprovou a criação de um passe social especial para os funcionários aposentados do município, com o valor mensal de 750 escudos.

A tarifa foi aprovada com os votos favoráveis do presidente, Manuel Machado, e dos vereadores da maioria socialista Teresa Portugal, Luís Vilar e Manuel Claro, tendo-se absterido os seus colegas de bancada João Silva e Jorge Lemos.

O presidente da autarquia, Manuel Machado, lembrou que a votação implica a responsabilidade civil e pessoal dos

autarcas e referiu que o valor de 750 escudos corresponde a um critério de «equidade e de justiça social».



O Executivo aprovou também a atribuição de subsídios no valor de 68.300 mil contos a cerca de sete dezenas instituições de cariz cultural do concelho.

Os Encontros de Fotografia e a companhia teatral A Escola da Noite foram contemplados com 12 mil contos cada e o Grupo Folclórico e Etnográfico de Arzila com 10 mil contos.

«É uma proposta séria, que foi acompanhada e discutida», salienta a vereadora do pelouro da Cultura, Teresa Portugal.

O Executivo camarário aprovou igualmente os estatutos da Agência de Desenvolvimento Regional Coimbra Vita, uma sociedade anónima cujo objectivo principal é a promoção de actividades relacionadas com as ciências da vida, o comércio, a indústria e os serviços ligados às áreas da saúde.

A Câmara de Coimbra participa no capital social da sociedade com um montante de 10.500 contos.

Os promotores pretendem apresentar candidaturas da Agência de Desenvolvimento Regional ao III Quadro Comunitário de Apoio e propõem um capital social de 500 mil euros.

## Faro



### Operação de limpeza retira entulho do Ludo

A Câmara Municipal de Faro, a Direcção Regional do Ambiente no Algarve e o Parque Natural da Ria Formosa, através de uma parceria activa, levam a efeito esta semana, com início no dia 5, Dia Mundial do Ambiente,

uma acção conjunta de limpeza que visa retirar da zona do Ludo, situada em pleno Parque Natural da Ria Formosa, os resíduos de construção e demolição que, ilegalmente, têm vindo a ser depositados no local.

## Ferreira do Alentejo

### Novo terminal rodoviário

Já está em funcionamento o novo terminal rodoviário do concelho de Ferreira do Alentejo.

A obra, orçada em 75 mil contos, está dotada de meios que oferecem as melhores condições aos utentes, onde se incluem uma sala de espera, um quiosque, um bar e instalações sanitárias.

Assim, os transportes públicos de passageiros, urbanos, inter-urbanos e serviços de expressos que servem os habitantes do concelho, terão o terminal rodoviário como ponto obrigatório – inicial, terminal e de paragem.

## Montijo

### Executivo prossegue visitas às freguesias

No âmbito do programas de visitas às freguesias que se iniciou no dia 11 de Maio, o Executivo da Câmara do Montijo deslocou-se no dia 18 à Freguesia da Canha.

Na primeira parte da reunião entre os membros dos Executivos da Câmara e da Freguesia foi feito um levantamento exaustivo das obras e acções em curso e a incluir no próximo Plano de Actividades e Orçamento.

A segunda parte da reunião teve como objectivo dar a conhecer aos representantes das colectividades e à Comunicação Social os projectos e acções a realizar na Freguesia da Canha e também permitir que as colectividades pudessem apresentar as suas preocupações.

## Porto

### Percursos pedonais na Sé

O presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, convidou os portuenses a regressarem ao bairro da Sé, percorrendo quatro circuitos pedonais sugeridos pela autarquia.

«Viver a Sé», «Percurso Monumental», «Percursos Panorâmicos» e «Novas Intervenções» são os quatro circuitos propostos, que vão desde as zonas mais típicas, como as ruas Escura e dos Mercadores, até às renovadas nos últimos anos, nomeadamente a Viela do Anjo e o Largo do Colégio.

No lançamento de uma brochura sobre o bairro (em português e em inglês), Nuno Cardoso garantiu que estão ultrapassados os principais problemas desta zona da cidade, sendo agora necessário combater o isolamento a que esteve remetida durante décadas.

O autarca convidou todos os cidadãos do Porto a visitarem a Sé, para que «uma das zonas mais bonitas da cidade» possa atrair

novos projectos e deixe de ser conhecida apenas pelos moradores e turistas.

Após o lançamento do roteiro, Nuno Cardoso percorreu parte dos quatro circuitos, sempre acompanhado pelas filhas e pelo bispo católico do Porto, D. Armino Lopes Coelho.

O bairro da Sé constitui a «área nuclear» do Centro Histórico do Porto, classificado pela Unesco Património da Humanidade, existindo dados arqueológicos que documentam a sua ocupação desde a Idade do Ferro.

## Santo Tirso



### Dia Mundial da Criança

Numa organização da Câmara Municipal de Santo Tirso, decorreram de 29 de Maio a 4 de Junho as comemorações do Dia Mundial da Criança num programa de actividades lúdico-desportivas envolvendo mais de 4000 crianças das escolas básicas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho.

## Vila Real de S. António

### Câmara inaugurou Universidade dos Tempos Livres

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António inaugurou no dia 26 de Maio a Universidade dos Tempos Livres da cidade, que fica instalada no edifício do antigo Centro de Artes e Ofícios.



O novo espaço ocupa dois pisos com área total de 1000 metros quadrados, permitindo a realização de cursos livres e actividades artísticas orientadas para a ocupação da população não integrada no sistema de ensino, que terá assim uma oportunidade para continuar a sua formação contínua.



## PS EM MOVIMENTO

### ALGARVE

#### Encontro de Quadros do PS

A reforma da legislação eleitoral da Administração Local enquadra-se na reforma global da Administração Pública, cujo principal objectivo é servir cada vez melhor as populações e garantir a gestão eficaz dos recursos disponíveis, disse o secretário de Estado da Administração Local, José Augusto Carvalho, no Encontro Regional de Quadros do PS/Algarve.

O governante, que falava perante uma centena de autarcas e dirigentes socialistas, revelou que as propostas do Governo neste domínio traduzem-se num reforço do poder das câmaras e das assembleias municipais. Neste Encontro de Quadros, que decorreu sob a presidência do camarada José Apolinário, foram ainda abordadas as temáticas da presidência portuguesa da UE e do desenvolvimento regional, registando-se as intervenções de Joel Hasse Ferreira e Carlos Tuta.



### SETÚBAL

#### PS apoia co-incineração

A maioria socialista na Câmara de Setúbal rejeitou duas moções contra a co-incineração de resíduos tóxicos industriais na cimenteira da Secil, no Outão, apresentadas pelos vereadores da CDU e do PSD, em sessão pública de câmara.

Embora disponha apenas de uma maioria relativa de quatro deputados socialistas, contra três da CDU e dois do PSD, o executivo camarário presidido pelo camarada Mata Cáceres beneficiou de um atraso da autarca do PSD Ana Isabel Alves para chumbar as duas moções, que recolheram os votos favoráveis de comunistas e laranjas, e os votos contra dos quatro autarcas do PS.



#### Cáceres desmonta demagogia bairrista alarmista

Na discussão que decorreu no período de antes da ordem do dia da sessão pública de Câmara, totalmente dominado pela co-incineração, Mata Cáceres foi duramente criticado pela oposição (CDU e PSD), mas rebateu com dados científicos e de uma forma pedagógica todas as críticas invocando as conclusões da Comissão Científica que recomendou a co-incineração na Arrábida e em Souselas.

Durante o período reservado ao público, Mata Cáceres foi confrontado pelo presidente da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão com as conclusões de um estudo de uma agência «made in USA» e que conclui das características cancerígenas das dioxinas, e das alterações que provocam ao nível do sistema imunitário, reprodutor e endócrino, mesmo em pessoas sujeitas a uma fraca exposição.

Mata Cáceres não se deixou impressionar e lembrou que a Comissão Científica garante uma redução da emissão de dioxinas relativamente aos actuais valores emitidos pela cimenteira, mesmo sem co-incineração.

O autarca setubalense reafirmou, no entanto, a disponibilidade para liderar qualquer movimento de protesto se for cientificamente comprovada a perigosidade da co-incineração.

### BENELUX

#### Camarada Pisco recandidata-se

O deputado socialista Paulo Pisco vai recandidatar-se à presidência da Federação do PS no Benelux.

Esta decisão foi anunciada pelo camarada Paulo Pisco no passado domingo durante uma reunião com o secretariado socialista do Benelux que decorreu na Holanda, adiantando que as eleições das federações socialistas estão previstas para Outubro e Novembro.

Na visita à Holanda, que apenas se efectuou domingo, o deputado socialista manteve ainda um encontro, em Haia, com a coordenadora do Ensino do Português, Alice Fernandes, onde foram abordados os recentes problemas que surgiram em Haia com a comissão de pais sobre a alteração do dia de aulas.

Considera inaceitável que as 12 crianças portuguesas tenham ficado sem aulas durante o ano lectivo 1999/2000 devido a um «braço-de-ferro».

Salienta o esforço da coordenadora na tentativa de resolver o problema e critica a comissão de pais porque «não procura nem tenta cooperar».

Este é um assunto que se arrasta desde o início deste ano lectivo, quando a coordenadora transferiu o dia de aulas (inicialmente à sexta-feira) para segunda-feira, uma vez que as escolas holandesas estão encerradas às sextas.

Esta decisão provocou uma onda de protestos da comissão de pais, alegando que esta transferência do dia de aulas prejudica os alunos devido à sobrecarga horária.

### LEIRIA

#### Comunicado da Concelhia

O Secretariado da Comissão Política Concelhia do PS, num comunicado de 30 de Maio, «congratula-se com a decisão do Governo em aceitar o parecer da Comissão Científica Independente que considerou não estarem reunidas na cimenteira da Maceira as condições para aí ser efectuada a co-incineração, posição sempre defendida pelo PS/Leiria».

No comunicado, o PS/Leiria manifesta o seu apoio às populações, critica o PSD e lamenta as «posições oportunistas» de alguns dirigentes partidários que utilizaram as populações com «posições demagógicas».

### OURÉM

#### Logotipo da JS

Luís Cordeiro de Fátima foi o vencedor do concurso de ideias da Concelhia de Ourém do PS.

O logotipo que apresentou, onde predominam as cores vermelha e amarela, foi o escolhido pelo júri para ser a partir de agora o emblema dos jovens socialistas de Ourém.

Parabéns à JS/Ourém, pela iniciativa, e a todos os concorrentes pela participação e criatividade.



### VILA REAL

#### Camarada Ascenso é candidato

O PS, partido de valores, que deve manter-se fiel aos seus princípios sem se descaracterizar - como alguns, em nome de uma pseudomodernidade e renovação reclamam - com o seu símbolo, o punho erguido, e a sua bandeira vermelha, e a palavra camarada sempre presente, continua activo de norte a sul do País, nomeadamente em Vila Real.

O camarada Ascenso Simões, candidato à presidência da Federação Distrital do PS de Vila Real, disse no dia 5 que quer obrigar o PSD a ter uma proposta de desenvolvimento global para o distrito.

«O PS segue uma política não sectorial e por isso considera que todas as forças políticas do distrito, principalmente o PSD, que possui sete importantes câmaras, têm um papel importante no desenvolvimento da região, acrescentou o camarada Ascenso Simões na apresentação da sua candidatura em Vila Real.

«Todos os partidos políticos têm de ser obrigados a participar na luta pelo desenvolvimento e queremos pôr o PSD a trabalhar para que o progresso chegue também às câmaras onde os sociais-democratas são poder», disse.

Ascenso Simões, assessor para os assuntos regionais do presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, salientou que a sua candidatura se vai alicerçar no «aprofundar das relações com a sociedade, ampliando o número de câmaras e de juntas de freguesia sob a bandeira do PS».

«Queremos reorganizar o partido, que de momento precisa de ser renovado, para que cresça e seja visto como uma força de desenvolvimento para a região», frisou, sem especificar o que entende por renovação.



#### Aprofundar o diálogo com os trabalhadores e organizações de base

O candidato socialista salientou ainda a necessidade de o PS aprofundar o diálogo directo com os cidadãos, procurando-os nos sítios onde eles estão, designadamente nas empresas, associações e organizações de base.

«É importante que haja um conjunto de pessoas que a nível distrital possa fazer com que o PS não se afunil e junto do presidente da distrital, para haver diversos agentes a intervir politicamente em Vila Real», acrescentou.

As eleições para a distrital do PS realizam-se em Setembro.

O PS de Vila Real é liderado, há vários anos, pelo camarada deputado António Martinho que não se recandidata.

CLINTON EM LISBOA

Sampaio defende

## MAIOR EFICÁCIA NOS INSTRUMENTOS DE AJUDA AO DESENVOLVIMENTO

**C**onstitui para mim um prazer e uma honra receber Vossa Excelência em Portugal, na sequência do convite que tive a oportunidade de lhe dirigir no passado mês de Setembro para visitar oficialmente o nosso país.

Atribuímos um alto significado à presença de Vossa Excelência entre nós, na qualidade de Chefe de Estado de um país amigo e aliado, com o qual Portugal mantém relações diplomáticas há mais de dois séculos, e de máximo representante de uma nação com responsabilidades únicas no actual momento histórico.

Os Estados Unidos da América constituem hoje em dia um ponto de referência para todo o mundo. A atracção exercida pelos valores democráticos consagrados na sua Constituição, a pujança da sua economia, o seu avanço científico e tecnológico, a sua supremacia militar, a sua capacidade de irradiação cultural conjugam-se para conferir à grande nação americana um papel ímpar na política mundial no início deste novo Milénio.

O avanço irreversível do processo de globalização obriga-nos a articular na nossa conduta a defesa dos interesses próprios com uma visão do futuro da Comunidade Internacional no seu conjunto. Foram os EUA, pioneiros, após as duas guerras mundiais do século XX, da formação da Sociedade das Nações e da Organização das Nações Unidas, dando assim corpo à ideia de que os Estados são parte integrante de uma Comunidade Internacional regida por valores universais, por cuja defesa somos todos responsáveis. Procuramos, na medida das nossas possibilidades, pautar a nossa conduta por esses valores que reputamos corresponderem aos anseios de toda a humanidade: o respeito pelos direitos humanos, a liberdade e a democracia, a solidariedade e a equidade.

É por isso que nos batemos durante vinte e cinco anos pela liberdade do povo timorense.

É por isso que apoiamos, sem reservas ou hesitações, o alargamento da União Europeia e da Aliança Atlântica.

É por isso que procuramos ajudar os povos dos países africanos de expressão portuguesa a encontrarem a via da paz, da democracia e do desenvolvimento.

É por isso que nos empenhamos, ao lado dos nossos aliados, na Bósnia e no Kosovo. É por isso que consideramos essencial o papel das organizações internacionais no mundo de hoje.

É por isso que subscrevemos os esforços para reformar a arquitectura do sistema financeiro internacional, de modo a reduzir a volatilidade dos mercados de capitais e lograr maior eficácia nos instrumentos de ajuda ao desenvolvimento.

É por isso que defendemos a abolição universal da pena de morte.



Sabemos, Senhor Presidente, que contamos com o seu apoio pessoal e com o da nação americana para muitas destas causas e que a comunhão de valores e interesses entre Portugal e os Estados Unidos da América é suficientemente vasta para garantir um largo futuro à cooperação entre os nossos dois países.

As relações entre Portugal e os Estados Unidos são hoje sólidas, maduras e confiantes, mas nem sempre assim foi na história já longa dos nossos contactos.

Nas palavras de um eminente diplomata português, «as duas nações atlânticas, em virtude de factores geográficos, estratégicos, económicos e culturais, estiveram sempre destinadas a estabelecer, mais tarde ou mais cedo, estreitos laços de cooperação, mas o caminho para o estabelecimento e consolidação desse laços foi, através dos tempos, incerto e hesitante».

A revolução de 25 de Abril de 1974 e a entrada de Portugal para as Comunidades Europeias, em 1 de Janeiro de 1986 — para referir apenas dois marcos a nossa história contemporânea — colocaram definitivamente o nosso país na senda da democracia e do progresso, criando assim as condições para o aprofundamento da nossa cooperação e o amadurecimento das nossas relações.

A nossa cooperação na área da política externa alargou-se, tanto no plano bilateral como multilateral. Refiro-me, por exemplo, à nossa longa colaboração em prol da paz em Angola, nomeadamente no âmbito da troica constituída pelos nossos dois países e a Rússia; e, naturalmente, ao processo de autodeterminação do território de Timor Leste e a instalação no território de uma força multinacional e de uma administração das Nações Unidas. Nunca esqueceremos, Senhor Presidente, a tomada de posição

de Vossa Excelência, nos dias negros de Setembro que se seguiram ao referendo, que foi decisiva para levar a bom termo este processo.

No plano bilateral, assentámos num novo modelo para a nossa cooperação militar, com a entrada em vigor, em 1995, do Acordo de Cooperação e Defesa e concluímos um grande número de instrumentos jurídicos de grande importância para enquadrar o nosso relacionamento, dos quais gostaria de salientar o Acordo para Evitar a Dupla Tributação, o programa sobre a Dispensa de Vistos para os cidadãos portugueses que se deslocam aos EUA, e, no âmbito desta visita, o Protocolo sobre Deportações.

A cultura portuguesa tem conhecido uma maior difusão nos EUA, sobretudo na área da literatura e das artes plásticas. O nosso intercâmbio educativo e científico aumentou, sendo justo reconhecer nesta área o contributo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

As comunidades lusófonas nos Estados Unidos, particularmente presentes nos estados de Rhode Island, Massachusetts, Connecticut, Nova Iorque, Nova Jersey e Califórnia, valorizaram-se e afirmaram-se na sociedade americana.

Estamos no entanto em crer que muito resta ainda por fazer - em particular na área económica, cultural e científica - para que as nossas relações correspondam a todo o seu potencial.

Temos pela frente novos desafios, que exigem de nós imaginação, ousadia e determinação.

Falo como português e como europeu.

O alargamento da União Europeia é uma tarefa de alcance histórico a que atribuímos a máxima prioridade, no caminho para a consolidação de uma Europa livre e

democrática na qual todos os Estados do nosso continente possam encontrar o seu lugar.

Enfrentamos, nos Balcãs, um tarefa que exigirá da nós muita paciência, firmeza e persistência, para remover do espaço europeu os riscos da guerra, do separatismo e da violência étnica. Aplaudimos os esforços, e reconhecemos os sacrifícios dos países da região que se mostraram solidários com a Aliança durante as crises da última década e consideramos que, também eles, não podem ser deixados à margem das instituições euro-atlânticas.

Vemos o continente africano minado pela doença, pela miséria e pela guerra. Doenças que estavam praticamente erradicadas voltaram a instalar-se e outras novas surgiram, de consequências devastadoras. Felicitamo-nos pelo ênfase dado por V. Exa ao combate às epidemias de doenças infecciosas, no qual poderemos, particularmente em África, estabelecer uma cooperação muito frutífera.

Temos de levar a bom termo a reconstrução de Timor-Leste, com a participação empenhada dos timorenses e, em cooperação com as Nações Unidas e o Conselho Nacional da Resistência Timorense, garantir uma via pacífica para a independência e a constituição do novo Estado.

Não podemos dispensar o concurso dos Estados Unidos da América nestas tarefas. Consideramos a Aliança Atlântica um garante indispensável da segurança europeia. Não a concebemos apenas como um instrumento militar mas também como uma verdadeira comunidade de valores que constitui um vínculo indissolúvel de união entre a Europa e a América.

Estou seguro, Senhor Presidente, que estaremos à altura destes desafios se soubermos conjugar os nossos esforços e mantermos unidos na defesa dos nossos interesses comuns.

Vossa Excelência encontra-se hoje entre amigos. Das eminentes personalidades portuguesas aqui reunidas, poucas serão as que não têm uma ligação especial com os Estados Unidos da América, seja no campo científico, cultural, educativo, político ou empresarial. Todas, estou em crer, foram tocadas pela espantosa vitalidade do vosso país, pela sua criatividade e pelo seu contagiante optimismo.

É pois em nome de todos aqui presentes que levanto o meu copo à saúde de Vossa Excelência e formulo um brinde pela prosperidade da grande nação americana e pela cooperação, a bem dos nossos dois povos, entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Discurso do Presidente Jorge Sampaio, por ocasião do banquete em honra do Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton no dia 30 de Maio



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Desportos em Abrantes**

O desporto terá lugar de destaque nas Festas da Cidade que se realizam entre os dias 12 e 18.

A abrir esta edição das Festas realiza-se, segunda-feira às 14 horas, por todo o Centro histórico, o tradicional Desfile Infantil onde a flor será motivo principal de inspiração.

O primeiro evento desportivo decorre no Dia da Cidade, 14 de Junho. A partir das 9 horas, no Kartódromo, realiza-se o II Grande Prémio da Cidade de Abrantes em Karting.

No mesmo dia, quarta-feira, mas às 14 horas, o clube desportivo Os Patos promove uma descida do Tejo em canoagem, entre Alvega e o Rossio ao sul do rio Tejo.

**Magia em Albufeira**

Amanhã e depois assista, no Auditório Municipal, pelas 15 horas, à audição final do ano lectivo dos alunos do Conservatório. O Grupo de Música Popular Band'Alhada actuará, este sábado, dia 10, pelas 22 horas, no Largo Duarte Pacheco.

A dança do ventre chega ao mesmo espaço, pela mesma hora, no dia 13, com Dalidá, seguida do espectáculo «O Barbeiro de Sevilha» e da magia de Serge & Fatty.

Durante todo este mês poderá apreciar a mostra de escultura de Cabrita Ramos, «O Fascínio da Pedra», patente na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, diariamente das 10 e 30 às 17 horas, com excepção dos domingos e feriados.

**Voo em Almodôvar**

A exemplo de 1999, a Câmara Municipal realiza sábado, dia 10, juntamente com as autarquias de Cuba, Odemira, ferreira do Alentejo e Portel, a iniciativa «Pelo Ar até ao Mar 2000» e que consiste em proporcionar aos idosos destes cinco concelhos alentejanos a oportunidade única de viajarem de avião entre Faro e Lisboa.

O encontro dos participantes decorrerá na parte da manhã, em Faro, a que se seguirá um passeio até à beira-mar. Depois será servido um almoço-convívio e, a seguir, a partida para Lisboa, em dois voos. Também no sábado, mas a partir das 21 e 30, assista à actuação do agrupamento musical rock Unstoppable Noise, e se preferir um pouco de romantismo espere somente 60 minutos e aprecie o a música do duo Miguel e André.

**Concertos em Coimbra**

Hoje às 21 e 30, o Grupo de Teatro Clássico de Conimbriga leva à cena a peça «Mitos Clássicos na Poesia Portuguesa Contemporânea», no palco do Museu Nacional de Machado de Castro.

«Three to Tango» é a comédia de Damon Santostefano que estreia amanhã, nas salas de cinema de conimbricenses.

No sábado, 10 de Junho, na Igreja de São José, participe nas comemorações do 65º

aniversário do Inatel marcadas por concertos de coros e orquestra: Choral Polifónico (Coimbra), Coral David de Sousa (Figueira da Foz), Coral Misto da Universidade de Coimbra, Coro dos Pequenos Cantores de Coimbra e Grupo de Instrumentos de Sopra de Coimbra.

**Música em Fafe**

A partir de hoje e até ao fim do mês passe pela Galeria Municipal e desfrute da exposição «Artistas Fafenses Convidados», com abertura prevista para as 21 e 30, com uma conferência sobre arte a realizar por Diogo Alcoforado.

A mostra poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, entre as 9 horas e as 12 e 30, ou das 14 horas às 17 e 30, bem como aos sábados, no horário vespertino.

A «Música em Diálogo» acontece amanhã, no Estúdio Fénix, às 21 e 30, com uma série de concertos a cargo dos finalistas dos cursos de Bach.

No sábado, decorre a final do XIV Torneio de Futebol Juvenil no pavilhão municipal (escalação A), a partir das 9 horas, e no estádio municipal (escalação B), pelas 15 horas.

O II Meeting Internacional de Natação realiza-se domingo, dia 11, na piscina municipal.

**Exposição em Faro**

Se ainda não teve oportunidade de ir ver a mostra colectiva de pintura de José Lourenço, Manuel Caeiro e Rui Macedo, então não perca mais tempo, vá hoje mesmo à galeria municipal Trem, entre as 9 horas e as 12 e 30, ou das 14 horas às 17 e 30.

**Feiras e festivais em Guimarães**

Os Festivais de Gil Vicente arrancam hoje, prolongando-se até ao próximo dia 17. Termina este domingo a segunda Feira do Comer.

**Espectáculos em Lisboa**

«Será Deus o Dr. Freud», de Yvette K. Centeno, é a peça que amanhã sobe ao palco do Teatro Trindade, interpretado por Kula, do ISEG. Para ver às 21 e 30.

Também amanhã, sexta-feira dia 9, a edilidade lisboeta, através do pelouro da Cultura, promove o espectáculo Música Tradicional Timorense, que se realiza pelas 21 e 30, na Feira do Livro – Pavilhão da APEL, onde se encontra patente a exposição «Timor Lorosae: O Nascimento de uma Nação».

A Praça do Museu do Centro Cultural de Belém (CCB) será palco, na terça-feira, dia 14, de um baile com orquestra ao vivo e entrada livre.

Até ao dia 11, domingo, estarão patentes ao público as mostras «Objectos Turak» e «Artíficos para Contar e Criar Histórias» no

Centro de Exposições e outros espaços do CCB.

**Marchas em Montemor-o-Velho**

O 10 de Junho será assinalado pelo VII Concurso das Marchas Populares Concelhias dedicadas a Santo António, a decorrer na vila de Montemor, a partir das 21 horas.

**Jazz no Montijo**

«Noites Boas em Montijo» é o título do programa de animação camarário a decorrer durante este mês.

Assim, o evento inclui a presença dos sete fanáticos do jazz – o Grupo Dixie Gang – na Praça da República, a partir das 21 e 30.

**Artes marciais em Portimão**

O I Estágio Nacional de Artes Marciais acontece, este fim-de-semana, no pavilhão gimnodesportivo.

**Conferência em Porto**

O ciclo de conferências «Artes do século XX» da Fundação Serralves prossegue no domingo, dia 11, com «António Carneiro – O Voo da Águia», a cargo de Bernardo Pinto de Almeida.

**Pinturas em Sintra**

A galeria municipal do Museu Regional de Sintra tem aberta ao público uma exposição de trabalhos do pintor A. M. Soares. Patente até ao dia 14, a mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9 e 30 às 12 horas e das 14 e 30 às 19 horas, bem como aos sábados e domingos, das 14 e 30 às 19 horas.

No Museu do Brinquedo poderá ver a pintura de Cristina Ramos - «A Recherche do Temps Perdu» até ao dia 20.

BALLET GULBENKIAN  
*Pra Lá & Pra Cá*  
Iracity Cardoso  
Direcção artística  
14, 15 e 16 de Junho, 21 horas  
17 de Junho, 16h e 21 horas  
Grande Auditório  
Fundação Calouste Gulbenkian

SUGESTÃO

**SEXO, DROGAS E ROCK & N'ROLL**

A peça de Eric Bogosian – «Sexo, Drogas e Rock & N'Roll» – já está em cena no Teatro da Comuna.

O espectáculo teatral engloba um conjunto de sete monólogos interpretados por um único actor, Diogo Infante, que deverá representar, sofrer, deilir e até cantar sozinho no palco da Praça de Espanha.

Este espectáculo focalizado numa pitoresca figura masculina, Bogosian – dramaturgo, encenador e actor americano – faz um retrato crítico e irónico das sociedades modernas.

Com encenação de Natália Luísa, música original e banda sonora de João Gil, e realização plástica de Marta Carreiras, esta peça oferece uma visão alternativa e pouco lírica da vida.

Com representações marcadas até Julho, «Sexo, Drogas e Rock & N'Roll» poderá ser apreciada de terças-feiras a sábados, a partir das 21 e 30. A não perder!



**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Brasil**

*Pátria de emigração,  
É num poema que te posso ter...  
A terra – possessiva inspiração;  
E os rios – como versos a correr.*

*Achada na longínqua meninice  
Perdida na perdida juventude,  
Guardai-te como pude  
Onde podia:  
Na doce quietude  
Da força represada da poesia.*

*É assim consigo ver-te  
Como te sinto:  
Na doirada moldura da lembrança,  
O retrato da pura imensidade  
A que dei a possível semelhança  
Com palavras e rimas e saudade.*

**Miguel Torga**  
In «Diário»



## O RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO

**R**ecentemente o ministro do Trabalho e da Solidariedade deu conta ao País dos resultados do Plano Nacional de Combate à Fraude e Evasão Contributiva na Segurança Social.

Os resultados anunciados são muito significativos e são seguramente conhecidos.

Conhecida tem de ser também a disposição do Governo de manter a sua cultura de transparência e de combate às irregularidades que tão bons resultados têm vindo a produzir em todos os campos.

Contudo, a fiscalização incidente sobre o Rendimento Mínimo Garantido demonstra a existência de níveis relativamente reduzidos de prestações irregulares.

Recorde-se que estamos a tratar de uma prestação que possui participações individuais das mais baixas de todo o sistema.

A introdução do Rendimento Mínimo garantido foi um elemento essencial na gestão reformista mas ambiciosa de protecção social que tem vindo a ser concretizada pelo Governo.

Não se trata de erradicar totalmente a pobreza, o que só pode ser feito através de um desenvolvimento económico e social duradouro e sustentado.

Trata-se sim de diminuir a gravidade ou a severidade da pobreza e contribuir assim

para a inserção social dos cidadãos desfavorecidos, no respeito pleno da sua dignidade e da sua cidadania.

A inserção social e no mercado de trabalho é a lógica do Rendimento Mínimo Garantido que para esse efeito disponibiliza um mínimo de recursos indispensáveis à vida familiar. Os últimos resultados conhecidos são francamente positivos:

- 57 por cento de beneficiários, com idade compreendida entre os 18 e os 50 anos, em condições de subscreverem contratos de inserção já o fizeram. Falo de 72.214 beneficiários num total de 172.743.

- durante o ano 2000 serão integrados 45.000 beneficiários em programas de emprego e formação

- o Rendimento Mínimo garantido já hoje atinge 4,3 por cento dos portugueses, sendo certo que segundo estimativas idóneas o universo potencial a que se dirige se situará entre os 4,6 e os 5,7 por cento da população portuguesa.

Estes resultados confirmados e a projecção realista dos resultados no Futuro permitem-nos afirmar, como o fez recentemente o Ministro Ferro Rodrigues, que «o rendimento mínimo garantido é, tem e deve continuar a ser, um direito social e não um mero subsídio de cariz caritativo, concedido através de vales sociais».

Este é o elemento nuclear de diferenciação

entre as posições do PS e do PP, sobre a política social.

É igualmente uma opção e uma prioridade que nos separa das posições do PSD, mesmo quando este Partido, por mero cálculo eleitoral, as silencia ou as modela.

O Rendimento Mínimo Garantido e a política de inserção que o orienta, são valores já assumidos e consolidados pela sociedade portuguesa.

São valores aliás que integram a cultura portuguesa de solidariedade, parceria e auto estima.

Os portugueses não querem que haja mais pobres para poderem consolá-los ou tratá-los assistencialmente.

Os portugueses exigem ao Governo que na política económica e na política social crie condições para diminuir significativamente o número desses pobres e, sobretudo, que facilite a inserção social rápida dos mais desfavorecidos.

É essa a linha orientadora da política socialista bem expressa nesta prestação do Rendimento Mínimo Garantido, mas de uma maneira geral em toda a política social.

Desenvolvê-la e apoiá-la é um compromisso do Grupo Parlamentar do PS que obviamente aprofundaremos.

E isto porque defender o Rendimento Mínimo Garantido é um dever dos partidos de esquerda e é, portanto, um dever do Partido Socialista.

«Se tivesse de decidir hoje, diria que sim, e recandidatava-me»

**Jorge Sampaio**

*Público, 2 de Junho*

«O sistema republicano exige uma certa austeridade, um certo ascetismo»

**Idem, ibidem**

«É o realismo que de alguma maneira nos torna centristas. Agora não posso deixar de dizer que me considero um progressista. E se levei muito a sério a minha função presidencial numa matriz suprapartidária, não neguei as minhas origens»

**Idem, ibidem**

«O crescimento do PIB só induz desenvolvimento se, em simultâneo, forem desenhadas e desenvolvidas políticas adequadas a uma mais justa distribuição da riqueza gerada no processo económico»

**Alexandre Rosa**

*Diário de Notícias, 4 de Junho*

«Essa política de distribuição mais justa da riqueza não foi, como é sabido e deve ser reconhecido, a grande característica dos governos do prof. Cavaco Silva»

**Idem, ibidem**

### Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.